

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2013/2015

CASTELO DE PAIVA



REDE SOCIAL
CASTELO DE PAIVA

Elaborado por:

Núcleo Executivo da Rede Social:

Câmara Municipal de Castelo de Paiva

Instituto de Segurança Social, I.P.

Associação para a Promoção Social e Profissional de
Castelo de Paiva

Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão

Junta de Freguesia de Fornos

URBE Consultores Associados

ACES Tâmega II Vale de Sousa Sul

Aprovado pelo Conselho Local de Ação Social de Castelo de Paiva em

02/12/2013

*“Nunca chegaremos a compreender bem as coisas se não as
virmos crescer desde o início”*

(Séneca)

INDICE

I.	Introdução	4
II.	Contextualização do Plano de Desenvolvimento Social	7
	Princípios Orientadores do PDS	9
III.	Planeamento	12
	Desafios para a Intervenção / Agenda Estratégica	14
	Uma Visão de Castelo de Paiva	16
	Síntese Estratégica	17
IV.	Metodologia	20
V.	Visão Estratégica de Desenvolvimento	22
VI.	Projetos Estruturantes	25
1.	Emprego/ Empreendedorismo	27
2.	Comportamentos Saudáveis	35
3.	Resposta Integrada no âmbito da Violência Doméstica	40
4.	Intervenção Familiar e Parental	47
5.	Parque Habitacional Qualificado	52
6.	Resposta Integrada no âmbito do Envelhecimento	57
7.	Inserção Social	62
8.	Respostas Sociais	69
9.	Parcerias	74
VII.	ROAD MAP	78
	A. Road Map de Implementação do Plano de Desenvolvimento Social 2013 – 2015	
	B. Organograma de Desenvolvimento dos produtos do PDS	93

C.	ROAD MAP: Grelha de Funções do Produto	96
VIII.	Nota Conclusiva	97
IX.	Bibliografia	99
X.	Anexos	101

"O Planeamento é organização da esperança"

(Jav Forrester de Desenvolvimento Social, IDS, 2002)

I. Introdução

O programa da Rede Social baseia-se em pressupostos técnicos, organizacionais e institucionais que geram a convergência de interesses, dos procedimentos, dos instrumentos e das opções estratégicas num dado território. Esses pressupostos que incluem a integração das respostas e serviços do concelho de Castelo de Paiva no sentido de potenciar a inclusão social, geram um amplo movimento de concertação das tipologias de intervenção e de organizações protagonistas numa perspectiva de adaptar ao território concreto e às suas necessidades.

O Plano de Desenvolvimento Social é o instrumento de planeamento da rede social que formaliza o conjunto de opções e prioridades de intervenção para o universo de intervenientes e atores sociais. Procurou-se, por isso, no seu PDS abranger todos os níveis em que estes atores operam, criando canais de comunicação e convergência à volta de denominadores comuns e estratégias definidas.

O PDS 2013-2015 reflete o processo que se tem vindo a desenvolver no âmbito da construção e solidificação da Rede Social de Castelo de Paiva e procura aceder a um novo patamar de intervenção social concelhia, constituindo-se como um documento de orientação, referência e compromisso para a mudança, com vista à melhoria da qualidade de vida da população do concelho. Foi construído considerando a relação entre o indivíduo e a estrutura, numa

perspetiva de relacionar o “eu” e o “nós”, isto na articulação entre o individual e o coletivo. Além disso, este documento é um documento dinâmico que a qualquer altura da sua vigência pode ser adaptado e reestruturado. Cada vez mais é necessário o desenvolvimento de uma ação concertada, apanágio das intervenções em rede. As propostas do PDS não esgotam a ação que todos os parceiros da Rede Social de Castelo de Paiva levam a cabo, nas suas esferas de intervenção próprias.

A Agenda Estratégica representa assim uma espécie de denominador comum a todos os parceiros da Rede Social, enfatizando os ganhos esperados a partir de uma actuação concertada, com objetivos comuns e com a indispensável partilha de recursos, em torno de um conjunto restrito de actuações onde esse funcionamento em rede é urgente e mais necessário.

O atual PDS tem como primado na sua elaboração o planeamento contínuo, resultante dos contributos da rede de intervenientes e instituições, que compõem a Rede Social de Castelo de Paiva e a análise das prioridades, das medidas e das ações definidas aos níveis nacional, regional e local nos planos estratégicos sectoriais.

É nesta linha de pensamento de que o PDS deve incluir as medidas pensadas a nível nacional e regional que o presente PDS integra as ações previstas no Plano de Ação da Agenda de Empregabilidade do Tâmega e Sousa. Nesta lógica de planeamento supra concelhio encontra-se em elaboração, pelos técnicos das 12 Redes Sociais da região do Tâmega e Sousa, do Diagnóstico Social supra concelhio e, paralelamente o Plano de Desenvolvimento Económico e Social Integrado do Tâmega e Sousa 2014-2020. Deste modo, faz todo o sentido que todos os instrumentos de planeamento estratégico locais aludam ao que se encontra a ser feito a nível da região, do país e da Comunidade Europeia.

Assim sendo, não podemos desprezar o novo quadro comunitário 2015-2020 que está a ser preparado e que, aquando da sua aprovação, certamente motivará a adaptação dos documentos de planeamento locais consoante as orientações aí previstas. Por outro lado, não podemos esquecer igualmente o lançamento da Estratégia Europa 2020, para assegurar a saída da crise e preparar a economia da UE para a próxima década. A Comissão identificou três vetores fundamentais de crescimento que deverão orientar as ações concretas tanto a nível da UE como a nível nacional:

- ♣ **Crescimento inteligente** (prover o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital);
- ♣ **Crescimento sustentável** (tornar a nosso aparelho produtivo mais eficiente em termos de recursos, ao mesmo tempo que se reforça a nossa competitividade);
- ♣ **Crescimento inclusivo** (aumento da taxa de participação no mercado de trabalho, aquisição de qualificações e luta contra a pobreza).

II. Contextualização do Plano de Desenvolvimento Social

O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de planeamento e definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social Local. Traça o retrato de uma situação social desejável, mas também realista dos concelhos onde vai ser implementado, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação. Pretende-se definir as estratégias para o desenvolvimento local numa perspetiva de planeamento participado e integrando medidas e políticas definidas a vários níveis da administração pública, encontrar soluções inovadoras, mobilizar e racionalizar os recursos locais. Procura-se com todos os parceiros sociais combater algumas das necessidades sociais do concelho.

Com o Plano de Desenvolvimento Social procura-se, assim, passar de um nível de informação, para um nível de decisão em que são feitas opções, em que se desenham orientações e cenários de transformação na realidade social. Estabelecem-se etapas, definem-se recursos, enfim, organiza-se um processo de mudança da realidade social.

O Plano de Desenvolvimento Social e o Diagnóstico Social são componentes do mesmo processo, complementando-se e retroalimentam-se. Este, deve articular-se com o Diagnóstico Social, traduzindo os problemas e as prioridades por este inventariadas, pois é delas que devem decorrer as grandes orientações estratégicas, capazes de responder às necessidades e aos problemas individuais e coletivos detetados, assentes numa tripla preocupação / orientação:

- ♣ Promoção do desenvolvimento social;
- ♣ Prevenção dos riscos de pobreza e de exclusão, de que são alvos sobretudo, os grupos sociais mais desfavorecidos;
- ♣ Atuação sobre as situações mais prementes de pobreza e exclusão social.

A implementação do PDS coloca, assim, o desafio de sustentar a dinâmica institucional construída na fase do Diagnóstico Social, no planeamento.

No âmbito da Rede Social, pretende-se que o Plano de Desenvolvimento Social seja um instrumento de médio prazo, para **3 anos** que irá abranger o período 2013-2015.

Princípios Orientadores do PDS

A elaboração do PDS norteou-se por um conjunto e princípios técnicos, metodológicos, e de política de intervenção:

Princípios Técnicos da Intervenção:

De acordo com a metodologia e princípios (subsidiariedade, integração, articulação, participação e inovação) da intervenção da Rede Social ao nível do planeamento, intervenção e avaliação, também o PDS assenta na:

- ♣ **Territorialização** – As intervenções são pensadas na perspectiva do território e não das instituições;
- ♣ **Integração e visão sistémica** – O diagnóstico integrado das casualidades gera uma abordagem integrada das múltiplas dimensões da problemática;
- ♣ **Multidisciplinaridade** – A intervenção multidisciplinar em equipa inter institucional é um pressuposto chave de toda a intervenção.

Princípios metodológicos do planeamento:

- ♣ **Participação e negociação inter – institucional como método de negociação** – As instituições são o centro do processo participativo de planeamento de modo a se apropriarem da visão de mudança produzida e construírem compromissos para a intervenção;

- ♣ **Integração em níveis horizontais de decisão e execução –**
As instituições participam ao nível técnico na elaboração e construção da intervenção e ao nível da decisão para negociação e disponibilização de recursos e implicação;
- ♣ **Utilização de standards de planeamento –** O PDS aplica e utiliza no seu processo de planeamento, onde possível os standards de planeamento em vigor.

Princípios políticos de intervenção:

- ♣ **Subsidiariedade** – Proximidade dos atores da decisão sobre os problemas;
- ♣ **Inovação** – Intervenções inovadoras e acordo com necessidades emergentes;
- ♣ **Integração em rede** – Integração das capacidades e recursos numa ótica de sinergia e complementaridade dos recursos.

Em conformidade com o Diagnóstico Social do Concelho e o PDS, o Plano de Ação (é elaborado a partir da relação entre os objetivos, os meios e a estratégia de implementação da Rede Social em cada Concelho. Importa que o Plano de Ação não descreva apenas as atividades a realizar, mas que demonstre e fundamente a priorização das atividades e ações, em função das necessidades e expectativas expressas no local, bem como dos recursos existentes. O Plano de Ação, elaborado anualmente, é o mecanismo de actualização por excelência do PDS, procurando incorporar a Visão Estratégica nas intervenções e criando uma dinâmica participativa na construção do planeamento do desenvolvimento social do concelho.

De forma sistémica, pode dizer-se que o **Plano de Ação** pretende responder a questões como:

- ♣ **O que fazer** (remete para a escolha das atividades, ações e tarefas a realizar);
- ♣ **Quando fazer** (pressupõe a calendarização das atividades, ações e tarefas anteriormente definidas);
- ♣ **Quem faz o quê** (implica responsabilizar os respetivos parceiros pela execução das diversas atividades, de acordo com os seus recursos e disponibilidade);
- ♣ **Como fazer** (implica definir os meios e os métodos a utilizar);
- ♣ **Onde fazer** (remete para definição dos locais nos quais as atividades, ações e tarefas se realizam – territorialização).

III. PLANEAMENTO

A. Missão:

Afirmção do concelho de Castelo de Paiva como promotor de estratégias inclusivas e equitativas em prol do desenvolvimento de uma comunidade eticamente igualitária e redutora de riscos de desinserção social.

B. Visão Estratégica:

Promoção de um território potenciador da implementação e/ou fortalecimento do empowerment, dinâmicas de interajuda e solidariedade para a constituição de um concelho imbuído de qualidade social.

C. Síntese estratégica do PDS

A intervenção social em Castelo de Paiva apresenta um conjunto de desafios e oportunidades para as quais o Plano de Desenvolvimento Social propõe um conjunto de projetos, orientações estratégicas e mecanismos de articulação e qualificação organizacional.

A realidade social do Concelho de Castelo de Paiva tem características específicas decorrentes da complexidade dos seus fenómenos de desenraizamento e défice de competências de inserção e integração social de grupos específicos que integram traços de uma pobreza de padrão tradicional em interacção com os novos fenómenos das culturas de exclusão e défices de competências sócio profissionais, de comportamentos de risco e desviantes, de dependência e ausência de

identidade social capaz de projectar as suas vidas e expectativas na sociedade onde se inserem.

A outra dimensão desta complexidade própria é a da relevante capacidade institucional do Concelho de Castelo de Paiva, na qualidade e inovação das suas respostas e da taxa de cobertura das várias valências num patamar significativo. A cultura de parceria é outra dimensão específica do concelho que pode permitir que o mesmo se adapte ao ordenamento das respostas sociais que se desenha actualmente.

Neste contexto, de oportunidade e trabalho e reforço da parceria como instrumento estratégico da acção no Concelho, o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) pretende ser um instrumento de planeamento integrado das instituições participantes na Rede Social que estrutura e direcciona estrategicamente a sua intervenção no sentido de impactos e resultados verificáveis.

O produto de toda a dinâmica participada de planeamento pretende ser um conjunto de consensos disponibilizados num grupo de suportes de decisão para a acção dos parceiros de maneira integrada e convergente.

O processo de planeamento do PDS centrado em procedimentos de análise estratégica da realidade social do Concelho pretende construir um conjunto de intervenções integradoras que produzam mudança no padrão de intervenção social.

As mudanças podem ser equacionadas num movimento em direcção a um novo patamar de parceria e trabalho em rede

D. Desafios para a Intervenção / Agenda Estratégica:

Desafio I. Fomentar a Transição para a Vida Activa, a Empregabilidade e a Iniciativa Económica

Desafio II. Potenciação de Sinergias para o Desenvolvimento Económico Sustentável

Desafio III. (Re) Conversão de Vulnerabilidades Sociais em Factores de Sucesso

Desafio IV. Equipamentos e Respostas Sociais ((A) Tipicas) / Qualidade das Respostas Sociais

Desafio V. Habitação: Direito Consagrado

Desafio VI. Deficiência: Pensar a Igualdades, Valorizar a Diversidade

Desafio VII. Qualidade de Vida da População Idosa

Desafio VIII. Igualdade de Oportunidades

Desafio IX. Organização e Interação Institucional / Relações de Parceria e Desenvolvimento Social

O PDS do Concelho de Castelo de Paiva pretende assim sistematizar um conjunto de propostas de ação que abram caminho para futuras intervenções e parcerias consolidadas sendo um instrumento aberto, permanentemente corrigido que se espera enriquecido com as novas propostas dos parceiros da Rede Social.

Foram remetidas para anexo um conjunto de tabelas que estiveram na base da análise efetuada para cada uma das problemáticas sociais e que constituem uma revisão do diagnóstico.(ANEXO I)

UMA VISÃO DE CASTELO DE PAIVA

Para a Rede Social de Castelo de Paiva, a visão de um concelho sustentável, na sua dimensão social, traduz-se no seguinte:

CASTELO DE PAIVA INCLUSIVO

Todas as pessoas têm asseguradas as necessidades básicas de sobrevivência e condições para o exercício de uma cidadania ativa.

CASTELO DE PAIVA SOLIDÁRIO

O combate à exclusão social é da responsabilidade de todas as organizações locais e de cada pessoa individualmente.

CASTELO DE PAIVA EQUITATIVO

Todas as pessoas têm as mesmas oportunidades de acesso aos recursos sociais e com idêntica qualidade, independentemente da sua condição pessoal e local de residência

CASTELO DE PAIVA SAUDÁVEL

Todas as pessoas beneficiam de um ambiente físico e social favorável à adoção de comportamentos saudáveis

CASTELO DE PAIVA PARTICIPATIVO

Todas as pessoas e organizações dispõem de mecanismos eficazes de participação nas políticas sociais locais, e nas intervenções que as afetam diretamente

CASTELO DE PAIVA INOVADOR

As parcerias locais são proativas e promovem iniciativas assentes na inovação, com impacto significativo na qualidade de vida, na autonomia e resiliência das comunidades

REDE SOCIAL APRENDIZANTE

As políticas sociais locais decorrem de um processo permanente de aprendizagem e procura de soluções melhores e sustentáveis para os problemas sociais locais

Síntese Estratégica:

Desafios	Área de Intervenção	Eixo de Intervenção	Projetos Estruturantes	Objetivo Geral
II. Potenciação de Sinergias para o Desenvolvimento Económico	Desemprego	Emprego / Empreendedorismo	Gabinete de Inserção Profissional; Gabinete de Empreendedorismo Associação Comercial e Industrial; Agenda de Empregabilidade do Tâmega e Sousa.	Em 2015 está elaborado e encontra-se no seu segundo ano de vigência o Plano de Desenvolvimento Económico e Social Integrado do Tâmega e Sousa 2014-2020. Em 2015 Castelo de Paiva é um território empreendedor com oportunidades de inserção e requalificação profissional em áreas inovadoras e criativas, tendo a capacidade de utilizar os recursos endógenos potenciando o seu valor acrescentado. Em 2014 encontra-se no 3.º ano de vigência o Gabinete de Empreendedorismo no âmbito do CLDS PaivaMais (2012-2014) que, será posteriormente reconvertido em Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo do Município.
I. Fomentar a Transição para a Vida Ativa, a Empregabilidade e a Iniciativa Económica		Formação e Qualificação	Comissão Concelhia para a Qualificação; Agenda de Empregabilidade do Tâmega e Sousa.	Em 2015 Castelo de Paiva tem uma oferta formativa concertada e diversificada tendo em conta as necessidades do território abrangendo a população em idade ativa e população escolar.

Desafios	Área de Intervenção	Eixo de Intervenção	Projetos Estruturantes	Objetivo Geral
III. (Re) Conversão de Vulnerabilidades Sociais em Fatores de Sucesso VII. Igualdade de Oportunidades	Comportamentos de Risco	Comportamentos Saudáveis	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco Núcleo Programas Especiais GNR Equipa multidisciplinar (legalmente constituídas pelo Estatuto do Aluno) Serviços de Saúde e Educação Serviços de Atendimento Social	Em 2015 em Castelo de Paiva existe uma rede articulada de serviços de prevenção / sinalização / encaminhamento de situações de comportamentos de risco, favorecendo a rentabilização dos serviços existentes na comunidade, potenciando a criação de sistemas de conexão com as redes disponíveis.
	Violência Doméstica Diferenciação dos papéis mulher/homem na comunidade	Resposta Integrada no âmbito da Violência Doméstica Desmistificação de Estereótipos Sociais	APSPCP Núcleo Programas Especiais GNR AHMIG Comunidade	Em 2015 está implementado o Plano Municipal contra a Violência em Castelo de Paiva. Em 2015 estão implementadas ações que visam a desmistificação de mentalidades e estereótipos de género relativos aos papéis sociais.

Desafios	Área de Intervenção	Eixo de Intervenção	Projetos Estruturantes	Objetivo Geral
III. (Re) Conversão de Vulnerabilidades Sociais em Fatores de Sucesso	Capacitação Parental	Intervenção Familiar e Parental	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; Associação de Pais. Ação Social local Núcleo Local de Inserção Loja Social Projeto MICAS BLV Projeto SOL	Em 2015 as famílias com necessidades de intervenção familiar e parental sinalizadas pelos serviços adquiriram capacidades ao nível das atitudes e comportamentos pessoais, sociais e parentais, prevenindo desta forma situações de perigo ou atenuando as existentes. Em 2015 as famílias desestruturadas (ao nível da parentalidade) sinalizadas desenvolvem competências parentais, pessoais e sociais, que permitem a melhoria de desempenho da função parental, promovendo o exercício de uma parentalidade positiva, potenciando a melhoria das interacções familiares e a minoração de situações de perigo.
III. (Re) Conversão de Vulnerabilidades Sociais em Fatores de Sucesso V. Habitação: Direito Consagrado	Habitação	Parque Habitacional Qualificado	Programas Nacionais, Regionais e Locais de Apoio à Habitação	Em 2015 está instituído no concelho uma política de habitação / habitabilidade assente em pressupostos que promova uma melhoria da qualidade de vida dos residentes. Em 2015 estão identificadas as habitações a ser alvo de requalificação habitacional e a população conhece os apoios existentes para o efeito

Desafios	Área de Intervenção	Eixo de Intervenção	Projetos Estruturantes	Objetivo Geral
VII. Qualidade de Vida da População Idosa	Envelhecimento	Envelhecimento Ativo e Direitos do Cidadão Idoso	Banco Local de Voluntariado; Banco de Ajudas Técnicas; IPSS do concelho Universidade Séniior Projeto SOL Projeto MICAS CLDS PaivaMais Respostas Ação Social; Unidade de Cuidados Continuados.	Em 2015 está sedimentada uma politica local para a terceira idade, centrado na valorização pessoal e social de população séniior, que permite a melhoria na sua qualidade de vida e aumenta as imagens positivas acerca dos idosos.
VI. Deficiência Pensar a Igualdade, Valorizar a diversidade	Deficiência	Inserção Social CLDS PaivaMais	Banco Local de Voluntariado; Banco de Ajudas Técnicas; IPSS IEFP Formação/ POPH	Em 2015, as pessoas com deficiência do concelho, beneficiam de respostas formativas adaptadas ao seu perfil e às necessidades do mercado de trabalho; Em 2015 está implementada uma estratégia de ação que permite reduzir as assimetrias no que respeita à igualdade de oportunidades no acesso à cidadania e ao emprego dos cidadãos portadores de deficiência.

Desafios	Área de Intervenção	Eixo de Intervenção	Projetos Estruturantes	Objetivo Geral
IV. Equipamentos e Respostas Sociais ((A) Típicas) / Qualidade das Respostas Sociais	Sustentabilidade de Respostas Sociais	Respostas Sociais	CNIS Agenda da Empregabilidade IPSS Universidade Católica AEP	Em 2015, as IPSS estão sensibilizadas para a mais-valia advinda da concertação entre elas visando a sua sustentabilidade.
IX. Organização e Interação Institucional / Relações de Parceria e Desenvolvimento Social	Parcerias	Relação de Parceria e de Desenvolvimento Social	Rede Social	Em 2015 a Rede Social mantém-se como um fórum interinstitucional para a obtenção de respostas integradas em prol das relações de parceria e de desenvolvimento social.

IV. Metodologia

Considerado os pressupostos de uma metodologia participativa dos projetos, é de referir que o planeamento adquire o seu pleno sentido se for participado, porque os processos de mudança necessitam da adesão, vontade e responsabilidade daqueles que têm os recursos para transformar, pelo que os **custos** dos projetos são salvaguardados através da parceria alargada e da capacidade dos parceiros se ajustar, tendo consciência dos objetivos assumidos coletivamente, dos recursos disponibilizados e das limitações do meio envolvente. Embora nem todos os custos sejam financeiros compete aos parceiros estimarem formas de financiamento em alguns dos projetos com maior dimensão. Para que se obtenha ganhos e se minimizem os custos da intervenção local, que se projeta o planeamento além de articulado deve ser renegociável, implicando sempre e cada vez mais os atores locais, a otimização dos recursos existentes e a mobilização de recursos necessários.

V. Visão Estratégica de Desenvolvimento

Considerando a estratégia para a intervenção como o meio para a mudança, pressupõe-se uma visão sobre a globalidade do processo a fim de se estabelecer um percurso, que passa por uma diferenciação do problema para se determinar uma relação entre o problema e a sua solução possível, aquilo que se deseja mudar. A visão estratégica pressupõe uma visão sobre a globalidade do processo para que se estabeleça um percurso desde o muito desejável ao menos possível. Para uma visão estratégica se desenvolver são necessárias 3 condições: participação e compromisso dos parceiros para liderar os projetos e ações propostas; elevado grau de coordenação e cooperação entre todos e a promoção da estratégia de mudança.

Promoção de um território potenciador da implementação e/ou fortalecimento do empowerment, dinâmicas de interajuda e solidariedade para a constituição de um concelho marcado/imbuído de qualidade social.

Matriz de Enquadramento Lógico

A MEL “Logical Framework” ou “Quadro Lógico” é um instrumento de planeamento do projeto que permite:

- Organizar as ideias;
- Distribuir as responsabilidades / tarefas;
- Relacionar os elementos definidores;
- Estabelecer os canais de circulação da informação.
- Estruturar os objetivos

A MEL é um instrumento estruturador do projecto porque:

- Estabelece uma hierarquia de objectivos;
- Distingue entre objetivos globais e específicos

Neste Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015, à semelhança do PDS anterior, foi utilizada uma adaptação da Matriz de Enquadramento por considerar-se que seria de aplicação mais simples nos grupos e trabalho e na apresentação da própria informação.

Para a concretização do Plano de Desenvolvimento Social adotou-se uma metodologia participativa e dinâmica. Para o efeito, realizaram-se grupos de trabalho tendo em conta os vários eixos de intervenção, onde se definiram as estratégias prioritárias a efetuar em cada ano de duração deste plano, isto é, 2013-2015.

Foi numa linha de responsabilização e consciencialização que se definiram as entidades responsáveis pela concretização dos diversos projetos.

VI. PROJETOS ESTRUTURANTES

CAPITULO I – PROJETOS ESTRUTURANTES

O que são?

Intervenção sob a forma de projetos integrados multi dimensionais e multi institucionais que incidem nas problemáticas consideradas, na fase de diagnóstico, prioritárias para o desenvolvimento social.

Para que servem?

Estes projetos estruturantes pretendem servir de alavanca para um salto qualitativo na intervenção provocando a convergência de respostas e recursos nas problemáticas prioritárias definindo um novo patamar de resposta.

Onde incidem?

Os projetos incidem sobre críticos – problemas chave – que determinam os impactos estruturais para o desenvolvimento social do Concelho.

O que pretendem?

A dimensão estruturante pretende garantir que no PDS se planeiem e increvam as intervenções adequadas à produção do máximo impacto na estrutura social do Concelho.

Quais os princípios orientadores?

Os princípios orientadores são a abrangência, multidimensionalidade das problemáticas que sustentam a transversalidade dos projetos e a respetiva integração institucional.

PROJETOS ESTRUTURANTES Emprego\Empreendedorismo

Fundamentação:

A **problemática da empregabilidade** prende-se a novas necessidades sociais de ajustamento ao mercado de trabalho, no actual contexto de crise, por parte dos jovens em situação de primeiro emprego ou com qualificações elevadas mas em situação de desemprego, assim como de pessoas que se encontram na idade "critica" (40/45 anos).

A dinâmica da empregabilidade no concelho continua condicionada pelas baixas qualificações e baixa escolarização. Deficitária sobretudo ao nível das qualificações intermédias de base tecnológica, tal como podemos constatar no diagnóstico.

Para absorver este desemprego desqualificado e persistente as estratégias de empregabilidade do concelho deverão ser redefinidas numa perspectiva do mercado social de emprego com o recurso à inovação e empreendedorismo social, desenhado para a realidade social e económica do concelho.

Este projeto preve estabelecer parcerias com entidades que de forma direta ou indireta se encontrem relacionadas com a problemática, tais como, autarquias, CDSS, IPJ, IPSS, Associações\Grupos Recreativos-Culturais, Grupos Desportivos e Centros de Saúde.

VISÃO DE DESENVOLVIMENTO

Visão estratégica

O concelho de Castelo de Paiva pode potenciar os recursos existentes e afirmar-se como um concelho promotor de empreendedorismo e de (re)conversão profissional.

Cenário de Partida

Existe uma rede de instituições\serviços e iniciativas próximas desta temática que podem ser potenciadas e estrategicamente orientadas.

A problemática de empregabilidade implica um nível de concertação estratégica que ultrapassa em muito a sua expressão socialmente estabelecida. Os seus traços marcantes estatísticos ou empíricos são o elevado numero de desempregados e destes, muitos com baixas competências com as consequências que acarreta e que na crise atual estão particularmente agudizadas.

Desta forma temos de apostar na orientação para o emprego das qualificações e competências, numa cultura de incentivo e estímulo ao empreendedorismo social, procurar ativar mecanismos de inserção ativa para grupos sociais em situação de exclusão do mercado de trabalho (DLD, baixas qualificações, indiferenciados, portadores de deficiência), fomentar a capacidade de reconversão, adaptação e modernização empresarial.

Estratégia-perspetiva de intervenção

A estratégia do projeto assenta na reconversão e reorientação de recursos e práticas existentes no território de forma a criar capacidade formativa de empregabilidade e revitalização empresarial, que adapte as suas ofertas e metodologias ás especificidades da população alvo. Existe uma boa rede institucional de suporte que poderá ser mobilizada para a sinalização e comunicação com os potenciais interessados na formação profissional, ofertas de emprego, funcionando assim como veículo de optimização no terreno das medidas, apoios e incentivos disponibilizados pela tutela.

M A T R I Z D E E N Q U A D R A M E N T O L Ó G I C O

1. ^a Objectivo Global (estratégico)	3. ^a Indicadores sessões de empreendedorismo realizadas	4. ^a Meios de verificação Nº de sessões	2. ^a Pressupostos externos Sistemas de Apoios financeiros
Objectivos Específicos Em 2014, está implementada no concelho uma mini incubadora empresarial, como ecossistema empreendedor, que fomenta o aparecimento de um cluster de criatividade com a finalidade de unificar as várias unidades de negócio que emergem.	Indicadores N.º de parceiros que aderem à incubadora; N.º de projetos empreendedores apresentados;	Meios de verificação Regulamento Interno; Protocolos de parceria; Dossier de projetos;	Pressupostos externos Articulação Interinstitucional; Fundos Comunitários;
Actividade Promoção de sessões de empreendedorismo e esclarecimento sobre o sistema de apoio financeiro para os desempregados do concelho	Indicadores Nº de sessões realizadas.	Meios de verificação nº de pessoas que participam nas sessões	Pressupostos externos Articulação institucional

Actividade Implementação do programa de empreendedorismo nas escolas do concelho: dinamização do concurso "estudante empreendedor".	Indicadores escolas aderentes ao programa	Meios de verificação Nº de escolas participantes.	Pressupostos externos Articulação institucional
Actividade Realização de uma mostra de profissões com a divulgação de empreendedores de sucesso.	Indicadores Entidades participantes na mostra	Meios de verificação Nº de entidades participantes na mostra	Pressupostos externos Articulação institucional

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO			
1.ª	3.ª	4.ª	2.ª
Objectivo Global (estratégico)	Indicadores	Meios de verificação	Pressupostos externos
Em 2015 existe uma oferta formativa concertada, tendo em conta as necessidades do território	Nº de cursos de formação profissional no Concelho de Castelo de Paiva por sectores de actividade - Nº de formandos a frequentar os cursos - Indicador de qualidade de oferta: Nº e tipologia de grupos-alvo tipo e abrangência de cursos realizados/adequabilidade das necessidades.	Inquérito à qualidade e adequabilidade de formação. - Nível de correspondência entre as necessidades identificadas e as linhas de financiamento	Articulação institucional Autarquia; IEFP, Escolas
Objectivos Específicos	Indicadores	Meios de verificação	Pressupostos externos
Em 2013 existe uma comissão para a qualificação	Nº de entidades que subscrevem a comissão para a qualificação.	Documento Plano Formativo do Concelho de Castelo de Paiva	Entidades Formativas; outros Protocolarização
Resultados	Indicadores	Meios de verificação	Pressupostos externos
Sistema de Informação partilhada Diagnóstico de necessidades formativas partilhado	Nº de instituições que disponibilizam informação - Nº de reuniões de trabalho - Nº de actividades de diagnóstico efectuadas em conjunto - Nº de Diagnósticos sectoriais integrados	Grelha de monitorização e avaliação “on going” (a definir) - Actas das reuniões de trabalho - Documento de diagnóstico - Materiais produzidos - Listagem dos mecanismos de divulgação (mailings, boletins, etc.)	Compromisso institucional Mobilização e Implicação das entidades formativas (intrínseco) - IPSS e Associações de Desenvolvimento; - Autarquia; Rede social e Escolas

Actividade Definição de regras de gestão da informação relativas à formação profissional	Indicadores Taxa de execução do Plano de Acção	Meios de verificação Cumprimento do Plano de Acção	Pressupostos externos Adopção de uma postura aberta e transparente entre as instituições aderentes - Acesso às fontes de informação - Existência de recursos disponíveis das instituições
Actividade Definição da Metodologia de Diagnóstico das necessidades de formação	Indicadores Taxa de execução do Plano de Acção	Meios de verificação Cumprimento do Plano de Acção	Pressupostos externos Adopção de uma postura aberta e transparente entre as instituições aderentes - Acesso às fontes de informação - Existência de recursos disponíveis das instituições
Actividade Manutenção da Comissão para a qualificação.	Indicadores Nº de entidades que compõem a Comissão para a Qualificação	Meios de verificação Atas das reuniões de trabalho	Pressupostos externos Adopção de uma postura aberta e transparente entre as instituições aderentes - Acesso às fontes de informação - Existência de recursos disponíveis das instituições

MODELO DE GESTÃO DO PROJETO

Integração em Rede

Constituída parceria entre entidades públicas e privadas integradas no grupo temático – **Emprego / Empreendedorismo.**

Entidade Gestora

A parceria define a instituição que desempenha a função de entidade coordenadora.

Equipa de Acompanhamento

Núcleo Executivo da Rede Social

Estruturas de Parceria de Suporte

Rede Social / Centro de Apoio à Criação de Empresas / Comissão para a Qualificação / Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa

PROJETOS ESTRUTURANTES – COMPORTAMENTOS SAUDÁVEIS

FUNDAMENTAÇÃO

A existência no concelho de indivíduos com **comportamentos de risco** e em territórios de risco é uma das prioridades sociais no concelho de Castelo de Paiva.

Esta problemática espelha alguma complexidade e disruptão do tecido social. De acordo com o diagnóstico no concelho de Castelo de Paiva, a disseminação **de comportamentos de risco**, associados a consumos precoces ou já geradores de dependências tóxicas, tem expressão crescente, podendo criar uma cultura de desvio e auto exclusão cada vez mais enraizada e generalizada junto com incapacidade social de reinserção e integração social positiva dos indivíduos.

A informação disponibilizada no diagnóstico permite identificar nos jovens, um perfil multi disfuncional; de baixa escolaridade, em situação indefinida face ao emprego, com vivências, consumos e comportamentos de risco.

Assim, o diagnóstico social fundamentou a necessidade de uma estratégia coletiva que envolva as instituições e os decisores locais numa ação concertada simultaneamente reabilitativa e preventiva que enfrente as variáveis culturais dominantes e as altere sobretudo nas novas gerações.

VISÃO DE DESENVOLVIMENTO

Visão estratégica

A visão estratégica deste projeto assenta na disponibilização de recursos e oportunidades em uma sociabilização alternativa geradora de competência de capacidades de gestão de risco por parte dos

jovens e adolescentes. Pretende ainda, estabelecer bases técnicas e institucionais que permitam uma nova abordagem não centrada nas actividades para ocupar os jovens, mas sim para a resposta às suas novas exigências de sociabilidade e aprendizagens de papéis sociais.

Cenário de partida

Existe um défice de resposta social nesta área. Para além das respostas convencionais que cada vez menos motiva os jovens dadas as suas novas expectativas.

É prioritário priorizar a intervenção em problemáticas muito específicas com relevância para o futuro, pois é partindo de intervenções mais específicas que se poderá garantir um futuro melhor e minimizar alguns dos problemas existentes de forma mais direta

No entanto existe a consciência e o interesse crescente neste concelho nesta temática o que permite pensar estrategicamente a ação nesta área.

Estratégia – perspectiva de intervenção

A estratégia a seguir baseia-se na captação dos jovens para pontos de interesse nos quais se identifiquem e a partir da sua própria iniciativa e identidade cultural reforçar as suas competências de orientação e afirmação pessoal de comportamentos socialmente positivos e integradores. A criação de espaços de identificação e proximidade permite estabelecer laços de confiança e de relação promotores de projetos de inserção social adequada e de estilos de vida saudáveis

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO			
Objectivo Global (estratégico)	Indicadores	Meios de verificação	Pressupostos externos
Em 2015, em Castelo de Paiva existe uma rede articulada de serviços de prevenção/sinalização/encaminhamento de situações de comportamentos de risco, favorecendo a rentabilização de serviços existentes na comunidade, potenciando a criação de sistema de conexão com as redes disponíveis.	N.º de serviços envolvidos/articulados; Taxa de cobertura do concelho	Registos de iniciativas;	Mobilização dos parceiros locais para adopção de estratégias potenciadoras de estilos de vida saudáveis
Objectivos Específicos	Indicadores	Meios de verificação	Pressupostos externos
Em 2013, o Concelho de Castelo de Paiva apresenta um Programa de Respostas Integradas para o Município.	Nº e tipologia de ações propostas	Dossier de candidatura	Disponibilidade de meios financeiros
Resultados	Indicadores	Meios de verificação	Pressupostos externos
Em 2014 o PRI está implementado no Concelho	Nº de Entidades que integram o Núcleo Territorial para as dependências	Candidatura aprovada	Financiamento; Mobilização dos parceiros para a temática.

Actividade	Indicadores	Meios de verificação	Pressupostos externos
Operacionalização do Plano de Ação do PRI	Taxa de execução do Plano de Ação; Analise e monitorização do Plano de Ação.	Plano de Ação; Relatório de monitorização	Capacidade técnica e Institucional de operacionalização do PRI.

MODELO DE GESTÃO DO PROJETO

Integração em Rede

Equipa Multidisciplinar integrada na parceria temática –

Comportamentos Saudáveis

Entidade Gestora

Núcleo técnico restrito com funções de coordenação e direção técnica

Equipa de Acompanhamento

Núcleo Executivo da Rede Social

Estruturas de Parceria de Suporte

Rede Social / Conselho Municipal de Cultura e Desporto / Conselho Municipal de Segurança / Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco / Núcleo Local de Inserção Social / Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

PROJETOS ESTRUTURANTES – RESPOSTA INTEGRADA NO ÂMBITO DA VIOLENCIA DOMÉSTICA

Fundamentação

O fenómeno da violência doméstica é uma problemática que urge intervenção urgente, nomeadamente ao nível de ações de prevenção, pelo que este fenómeno deverá ser alvo da atenção da Rede Social na perspectiva preventiva e pedagógica enquanto atitude cívica, promoção da saúde e sobretudo na construção de modelos responsáveis de conduta e identificação. Em determinadas situações é possível a revelação de disfuncionalidades sociais associadas à desestruturação familiar, a situações de exclusão prolongada a ciclos geracionais de violência e de comportamentos desviantes. A rede social poderá orientar a sua ação para a prevenção primária da violência doméstica associando-a a uma intervenção em termos de estruturação familiar. Paralelamente seria importante a criação de respostas integradas no primeiro apoio a uma vítima de violência doméstica que apresenta queixa nas autoridades policiais, nomeadamente uma resposta de acolhimento pontual de proximidade.

VISÃO DE DESENVOLVIMENTO

Visão estratégica

O concelho de Castelo de Paiva pode potenciar os recursos existentes e afirmar-se como um concelho promotor de uma resposta integrada no âmbito da violência doméstica.

Cenário de partida

Existe uma rede de instituições com equipamentos e iniciativas proxima desta temática que podem ser potenciados e estratégicamente orientados para o surgimento de uma resposta integrada que mobilize os agentes sociais com intervenção na comunidade neste dominio, nomeadamente, GNR, IPSS, Segurança Social; Saúde, Autarquia.

Estratégia – perspectiva de intervenção

Assenta na reconversão e orientação de práticas existentes para consolidação de um trabalho de parceria efetivo, nomeadamente a constituição de uma rede de suporte institucional articulada ao nível das respostas na Saúde, Habitação, Emprego, Segurança e Acompanhamento socio-familiar.

M A T R I Z D E E N Q U A D R A M E N T O L O G I C O

1. ^a Objectivo Global (estratégico)	3. ^a Indicadores	4. ^a Meios de verificação	2. ^a Pressupostos externos
<p>Objectivo Global (estratégico)</p> <p>Em 2015 está implementado o Plano Municipal contra a violência doméstica</p>	<p>Indicadores</p> <p>N.º de vítimas que acedem aos serviços;</p> <p>N.º de vítimas cujas necessidades foram colmatadas.</p>	<p>Meios de verificação</p> <p>Dossier de registo e de acompanhamento de cada vítima.</p>	<p>Pressupostos externos</p> <p>A sensibilização dos diversos actores sociais intervenientes no processo.</p> <p>Articulação institucional.</p>
<p>Objectivos Específicos</p> <p>Em 2014 existe uma rede de parceiros que articula respostas concertadas que facilitam a conciliação das dimensões pessoal, familiar, profissional e social.</p>	<p>Indicadores</p> <p>N.º de instituições envolvidas.</p>	<p>Meios de verificação</p> <p>Acordo formal de parceria.</p>	<p>Pressupostos externos</p> <p>Os parceiros incorporarem a importância da parceria.</p> <p>Articulação institucional.</p>

Resultados	Indicadores	Meios de verificação	Pressupostos externos
<p>Em 2013 existe um gabinete de apoio às vítimas de violência doméstica;</p> <p>Existe acompanhamento psicológico, e jurídico às vítimas de violência doméstica;</p> <p>As vítimas têm acesso a cuidados de saúde;</p> <p>As vítimas têm acesso ao alojamento de emergência;</p> <p>As vítimas têm acesso a certificação escolar e profissional/pessoal;</p> <p>.As vítimas têm acesso a mecanismos de apoio que facilitam a conciliação entre a vida familiar e profissional;</p> <p>.Existe formação específica para os técnicos das instituições envolvidas nesta problemática</p> <p>Existem campanhas e ações de sensibilização à população estudantil do 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico acerca de violência de género ;</p> <p>Existem campanhas e ações de sensibilização à comunidade local acerca de violência de género;</p> <p>.Existem campanhas e ações de sensibilização direcionadas às empresas acerca de violência de género</p>	<p>N.º de vítimas que procuram os serviços do gabinete;</p> <p>Nº de vítimas que frequentam as consultas;</p> <p>N.º de pessoas que necessitam de cuidados de saúde.</p> <p>Nº de acolhimentos de emergência efectuados.</p> <p>N.º de vítimas que se propõem aumentar a sua qualificação escolar; N.º de vítimas que obtiveram certificação escolar.</p> <p>Nº de Vítimas que demonstra dificuldades na articulação da vida familiar e profissional.</p> <p>N.º de técnicos que vão frequentar as acções de formação;</p> <p>Nº de Escolas e alunos abrangidos;</p> <p>Nº de actividades e participantes envolvidos.</p> <p>.Nº de empresas e participantes envolvidos.</p>	<p>Registos de atendimento às vítimas.</p> <p>Planos e Processos de acompanhamento terapêuticos, registos individuais.</p> <p>Registos de atendimento no ACES Tâmega II Vale de Sousa Sul .</p> <p>Registos institucionais do acolhimento.</p> <p>Ficha de inscrição no processo de CRVC no CQEP.</p> <p>Certificados emitidos pela entidade competente.</p> <p>Registos sociais de necessidades. Inscrições nas estruturas de apoio às crianças.</p> <p>Folhas de Presença, Avaliação da formação, etc.</p> <p>.Dossier técnico-pedagógico e o registo das acções de sensibilização.</p> <p>Impacto e registo das acções.</p> <p>Impacto na receptividade dos empregadores para o acolhimento de vítimas e para a sua não discriminação em função do género.</p>	<p>Manutenção das condições físicas e técnicas do funcionamento do gabinete.</p> <p>Empresas motivadas para acolhimento das vitimas</p> <p>Reforçar as infraestruturas de resposta do acolhimento de emergência.</p> <p>Protocolos de Parceria com os CQEP</p> <p>Receptividade das escolas.</p> <p>Disponibilidade e receptividade da comunidade.</p> <p>Disponibilidade e receptividade das empresas.</p>

Actividade Atendimento a vítimas de violência doméstica.	Indicadores N.º de vítimas que acedem ao gabinete	Meios de verificação Processos individuais de acompanhamento. Registos de consultas.	Pressupostos externos Financiamento. Conhecimento do gabinete pelas entidades que fazem o encaminhamento das vítimas. Procura por iniciativa individual das vítimas de Violência Doméstica.
Actividade Acompanhamento psicológico e jurídico às Vítimas de Violência Doméstica. Terapia de Grupo às Vítimas de Violência Doméstica.	Indicadores Nº de consultas realizadas. Nº de sessões Terapia Grupo.	Meios de verificação Processo de acompanhamento individual. Registos de sessões de terapia de Grupo	Pressupostos externos Financiamento.
Actividade Prestação de cuidados primários de saúde a mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos menores.	Indicadores N.º de vítimas que acorre ao ACES Tâmega II Vale de Sousa Sul .	Meios de verificação Dossier de acompanhamento.	Pressupostos externos Parceria com o Centro Hospitalar e ACES Tâmega II Vale de Sousa Sul local.
Actividade Facilitar o acesso das vítimas em unidades de acolhimento de emergência.	Indicadores Nº de pedidos de acolhimento de emergência.	Meios de verificação Registo do número de vítimas acolhidas.	Pressupostos externos Maior número de infraestruturas de apoio local ao acolhimento de emergência.

Actividade	Indicadores	Meios de verificação	Pressupostos externos
Certificação escolar. Formação Profissional e Pessoal.	Dossier de Balanço de Competências, Pedidos de certificação escolar. Diagnóstico de necessidades de Formação. Nº de ações de formação profissional/pessoais realizadas.	Ficha de Inscrição. Folhas de Presença. Relatórios de avaliação. Dotar as vítimas de uma especialização profissional.	Financiamento.

MODELO DE GESTÃO DO PROJETO

Integração em Rede

Mobilização de todos os parceiros da Rede Social, assim como de entidades privadas (empresas) – **Resposta Integrada no âmbito da violência doméstica**

Entidade Gestora

A parceria define a Instituição que desempenha a função de entidade coordenadora

Equipa de Acompanhamento

Conselho Local de Ação Social - Núcleo Executivo da Rede Social

Estruturas de Parceria de Suporte

Rede Social / Conselho Municipal de Segurança / Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco / Núcleo Local de Inserção Social

PROJETO ESTRUTURANTE – Intervenção Familiar e Parental

Fundamentação

Como grande problemática prioritária, verifica-se a persistência e continuidade de um numero considerável de famílias profundamente desestruturadas e em situação de grande vulnerabilidade social, com o consequente impacto nos comportamentos de risco, na precariedade ao nível do emprego e rendimentos, na negligência e risco infantil, no insucesso escolar, e consumos precoces ou continuados de substâncias tóxicas. Esta é uma problemática transversal em todas as temáticas analisadas, com grande relevância e significado no concelho de Castelo de Paiva.

Visão de desenvolvimento

Visão estratégica

A intervenção familiar integrada resulta da constatação de que só a visão sistémica do indivíduo no seu meio familiar possibilita o empowerment das suas capacidades e competências na autonomia e inserção pró ativa. A partilha, a informação e metodologias de intervenção em cada caso permite aos técnicos uma visão global dos problemas e sobretudo dos recursos e potencialidades para a mudança. Esta visão partilhada pode ser a alavanca para projetos de vida realmente integradores e promotores da inclusão social.

Cenário de partida

A acção social no concelho está dispersa por varias instituições que partilham territórios de intervenção, físicos ou institucionais nem

sempre convergentes e que não permitem uma visão integrada dos problemas no seu contexto familiar. Existem fortes competências e recursos no concelho capazes de em sinergia sistematizar um novo patamar de intervenção mais eficiente e partilhada orientado por projetos de mudança.

Estratégia- perspetiva de intervenção

O enfoque estratégico deste projeto está na incorporação da família como recurso fundamental gerador de dinâmicas próprias e adequadas de inserção e autonomização. A contratualização mutua na base e um projeto de vida que tem uma figura técnica de acompanhamento e supervisão – o gestor de caso, é um pressuposto de mudança e de aquisição dos recursos internos e externos para a inserção.

M A T R I Z D E E N Q U A D R A M E N T O L Ó G I C O

1.^a Objectivo Global (estratégico)	3.^a Indicadores	4.^a Meios de verificação	2.^a Pressupostos externos
Em 2015, as famílias em risco são dotadas de competências parentais	x% das famílias identificadas desenvolvem competências afectivas, sociais e económicas, no sentido de melhorar o seu papel como agentes educativos	Processos CPCJ, R.S.I., Acção Social, gabinete de apoio à vítima da APSPCP, entre outros	Parcerias institucionais - Equipas de apoio e acompanhamento às famílias de risco
Objectivos Específicos Em 2014, estão constituídas equipas de apoio e acompanhamento às famílias de risco	Indicadores N.º de famílias cumprem o plano de inserção/ formação psicossocial idiossincrático com a equipa técnica.	Meios de verificação Processos CPCJ, R.S.I., Acção Social, gabinete de apoio à vítima da APSPCP, entre outros	Pressupostos externos Capacidade técnica de intervenção nas famílias - Receptividade das famílias ao projecto de intervenção - Protocolo com Segurança Social - Financiamento do QREN
Resultados Em 2014, 25% das famílias do município, com traços de disfuncionalidade, estão sinalizadas - Em 2014, os pais são acompanhados pela equipa multidisciplinar - Em 2014, as famílias exercem as competências parentais adequadas ao bem – estar da criança	Indicadores Nº de famílias sinalizadas como disfuncionais - Nº de famílias sinalizadas e acompanhadas pelas diferentes instituições - Nº de técnicos efetivos nas IPSS a trabalhar competências parentais - Nº e taxa de sucesso dos planos de inserção/ formação psicossocial	Meios de verificação Protocolos Institucionais Registos/Relatórios/Processos das diferentes instituições Planos de Inserção/ Formação Psicossocial Relatórios Técnicos Processos CPCJ, R.S.I., Acção Social, gabinete de apoio à vítima da APSPCP, entre outros	Pressupostos externos Articulação Institucional Competências Técnicas Receptividades das famílias - Financiamento do QREN

Actividade	Indicadores	Meios de verificação	Pressupostos externos
<p>Candidatura ao financiamento para criação e implementação do CAFAP</p> <p>Elaboração do projeto para aprovação e constituição de equipas técnicas descentralizadas</p> <p>Definição do modelo e instrumentos de intervenção</p>	<p>Taxa de execução</p>	<p>Plano de Acção</p>	<p>Institucional</p> <p>Competências</p> <p>Receptividades das famílias</p> <p>Financiamento do QREN</p>

MODELO DE GESTÃO DO PROJETO

Integração em Rede

Constituída parceria entre diversos parceiros da Rede Social –
Intervenção Familiar e Parental

Entidade Gestora

A parceria define a Instituição que desempenha a função de entidade coordenadora

Equipa de Acompanhamento

Conselho Local de Ação Social - Núcleo Executivo da Rede Social

Estruturas de Parceria de Suporte

Rede Social / Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco /
Núcleo Local de Inserção Social

PROJETO ESTRUTURANTE – Parque Habitacional Qualificado

Fundamentação

O problema da habitação assume-se como um dos mais importantes pelo reflexo que tem na qualidade de vida das populações, tanto pela precariedade de espaços físicos como pelos sociais que suscita.

Sendo a habitação um requisito primário da condição humana, as condições de habitabilidade podem ser um mecanismo gerador de situações de pobreza e de maior vulnerabilidade à exclusão social, podendo assim contribuir para desajustamentos familiares e sociais.

Visão de desenvolvimento

Visão estratégica

As elevadas carências habitacionais e de equipamentos complementares constituem um desafio para estabelecer bases técnicas e institucionais que permitam uma nova abordagem de intervenção nesta área, possibilitando a promoção da integração e participação social das famílias e indivíduos.

Cenário de partida

No concelho existem manifestas carências habitacionais que não podem ser solucionadas através do mercado habitacional normal de arrendamento/aquisição. Esta visão partilhada pode ser a alavanca para projetos estruturantes, neste domínio, e simultaneamente integradores e promotores da inclusão social.

Estratégia- perspetiva de intervenção

É necessária uma política de habitação/habitabilidade assente em pressupostos que promovam uma melhoria da qualidade de vida dos residentes e que possibilite a identificação das habitações a serem alvo de requalificação assim como divulgar os apoios existentes para o efeito.

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO			
1.ª	3.ª	4.ª	2.ª
Objectivo Global (estratégico) <p>Em 2015, existe uma política de habitação/habitabilidade promovendo uma melhoria da qualidade de vida dos seus residentes e estão identificadas as habitações a ser alvo de requalificação habitacional.</p>	Indicadores <p>N.º de agregados familiares caracterizados</p>	Meios de verificação <p>n.º de famílias residentes em boas condições de habitação</p>	Pressupostos externos <p>financiamento - participação financeira do Município de Castelo de Paiva - participação financeira dos parceiros de Freguesia do Município de Castelo de Paiva</p>
Objectivos Específicos <p>No final de 2014, o Município de Castelo de Paiva identifica, verifica e define a população que reside em situação de grave carência habitacional</p>	Indicadores <p>N.º de agregados familiares em sobrelocação; Em sobreocupação; Em habitação degradada para recuperação; Em habitação degradada para demolição; Sem casa</p>	Meios de verificação <p>Actualização dos dados - relatórios</p>	Pressupostos externos <p>aplicação do financiamento - resolução do problema habitacional pelo núcleo familiar</p>
Objectivos Específicos <p>Criação de uma Bolsa de Habitação de Emergência</p>	Indicadores <p>Nº de habitações inventariadas</p>	Meios de verificação <p>Bolsa de habitações disponíveis</p>	Pressupostos externos <p>Articulação institucional</p>

Resultados Em 2015 existe uma estratégia definida e articulada de acolhimento no concelho, em situações de emergência.	Indicadores Nº de estruturas existentes; nº de projetos definidos	Meios de verificação Alojamentos disponibilizados	Pressupostos externos Articulação institucional; financiamentos
--	---	---	---

Actividade Elaboração de Projeto de candidatura para Casa de Emergência Social Estabelecimento de Protocolo de parceria com vista à execução do projeto Realização da intervenção / obra Elaboração de Regulamento de acesso e funcionamento	Indicadores N.º de parceiros que aderem ao projeto	Meios de verificação Projeto Elaborado Parcerias contratualizadas e definidas	Pressupostos externos Articulação interinstitucional Financiamentos externos
---	--	--	---

MODELO DE GESTÃO DO PROJETO

Integração em Rede

Parceria Rede Social – **Parque Habitacional Qualificado**

Entidade Gestora

Câmara Municipal de Castelo de Paiva

Equipa de Acompanhamento

Câmara Municipal de Castelo de Paiva – Ação Social

Conselho Local de Ação Social - Núcleo Executivo da Rede Social

Estruturas de Parceria de Suporte

Rede Social

PROJETOS ESTRUTURANTES – RESPOSTA INTEGRADA NO ÂMBITO DO ENVELHECIMENTO

Fundamentação

A sociedade tem promovido medidas que contribuem para um envelhecimento ativo e para a qualidade de vida das pessoas idosas e que, pretendem fomentar o bem-estar e a inclusão social ao longo da vida e reconhecer a importância dos idosos nas comunidades.

A problemática do envelhecimento está ligada às questões de saúde, quer pelo aumento do nível de dependência, pela perda acentuada de autonomia e sobretudo pela emergência das doenças neuro degenerativas, cuja importância é crescente quer nas pessoas já institucionalizadas quer nas que ainda tem algum suporte familiar cada vez mais diminuto e em situação de extrema precariedade. Desta forma, o envelhecimento deve ser analisado em várias perspetivas, nomeadamente na do idoso, familiares, técnicos e comunidade, exigindo uma abordagem multidimensional e que constitui um desafio para toda a sociedade, implicando a responsabilização e a participação de todos, no combate à exclusão social e da solidariedade entre as gerações.

Se associarmos a este quadro a necessidade de cuidados de saúde de proximidade, vigilância e sinalização constantes, temos um quadro de novas necessidades específicas que tem de ser pensadas e planeadas de forma global e coerente.

O perfil das respostas sociais existentes nomeadamente, os lares e centros de dia, pelo seu carácter generalista e vocacionada para o acolhimento, segurança e cuidados básicos não respondem a estas novas necessidades, que implicam uma especialização e profissionalização mais exigente.

A rede de cuidados continuados e também uma resposta instalada no concelho, no entanto não cobre toda a gama de situações problema que obrigam a respostas continuadas e nalguns casos permanentes ou indeterminadas, num horizonte temporal incompatível com as respostas a prestar apenas na lógica da saúde reabilitativa ou autonomizadora. A componente social deverá ser integrada na rede de modo a alargar e tornar sustentável a criação de respostas continuas e especializadas a definir no concelho.

VISÃO DE DESENVOLVIMENTO

Visão estratégica

Embora existam no concelho de Castelo de Paiva respostas na área do envelhecimento é necessário diferenciar e especializar, cada vez mais, as respostas e serviços de modo a responder à complexidade crescente desta problemática.

Áreas especializadas como a rede de cuidados continuados e lares especializados nas doenças neurodegenerativas, tal como políticas locais de saúde para os idosos, poderão ser uma vertente diferenciadora no concelho potenciando-o como promotor de uma resposta integrada de qualidade.

Cenário de partida

O concelho apresenta uma taxa de cobertura muito positiva ao nível das respostas sociais/projetos na área do envelhecimento, embora seja marcado pela ausência de respostas especializadas em problemas de saúde mental.

Estratégia – perspectiva de intervenção

No topo dos problemas sinalizados na população senior, surgem os que se referem aos cuidados de saúde, à segurança, aos apoios de proximidade, às condições de mobilidade, de acessibilidade e habitabilidade, sendo pois necessária a implementação de uma política local centrada na valorização pessoal e social desta população, que permita a melhoria da sua qualidade de vida e aumente as imagens positivas dos idosos.

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO

1.^a Objectivo Global (estratégico)	3.^a Indicadores Idosos abrangidos	4.^a Meios de verificação percentagem de idosos abrangidos do concelho	2.^a Pressupostos externos Articulação institucional.
Em 2015, está sedimentada uma política local para a terceira idade, centrada na valorização pessoal e social da população sénior que permite a melhoria na sua qualidade de vida e aumenta a imagem positiva acerca dos idosos.			
Objectivos Específicos Em 2013, o projeto MICAS desenvolve atividades com a população sénior	Indicadores n. ^º de idosos abrangidos	Meios de verificação Plano de atividades; Relatório de atividades	Pressupostos externos Articulação institucional
Resultados Em 2015, 150 idosos exercem a sua cidadania através da participação no projeto local.	Indicadores Nº de idosos participantes Nº de atividades realizadas	Meios de verificação Relatórios de atividades Fichas de participação	Pressupostos externos Articulação institucional
Actividade Operacionalização do Projeto MICAS Elaboração de Plano Gerontológico	Indicadores Nº de atividades promovidas; nº de participantes; nº de Entidades envolvidas.	Meios de verificação Relatório de atividades; grau de satisfação dos participantes e Entidades envolvidas	Pressupostos externos Articulação institucional

MODELO DE GESTÃO DO PROJETO

Integração em Rede

Constituída parceria entre as IPSS, Autarquia, Saúde e Instituto de Segurança Social integrada no grupo temático – **Envelhecimento Ativo**

Entidade Gestora

A parceria define a instituição que desempenha a função de entidade coordenadora

Equipa de Acompanhamento

Conselho Local de Ação Social - Núcleo Executivo da Rede Social

Estruturas de Parceria de Suporte

Rede Social / Projeto MICAS

PROJETOS ESTRUTURANTES – INSERÇÃO SOCIAL

Fundamentação

Abordar hoje a temática da deficiência implica dar um novo sentido à Intervenção, um novo olhar à problemática que inclua qualquer criança, qualquer jovem/adulto, preocupando-nos com toda a sua pessoa, na sua globalidade.

Hoje, para intervir na Deficiência, importa valorizar a interação dinâmica entre a condição de saúde dos indivíduos e os fatores contextuais. Construir uma cultura inclusiva, uma prática inclusiva e uma política inclusiva pressupõe dar valor ao contexto e a todos os fatores ambientais que podem impedir a plena participação do jovem, do adulto e/ou da criança nas atividades, seja por exemplo, nos Apoios e Relacionamentos, nos Produtos e Tecnologias e nas Atitudes.

Sabemos que as escolas, as entidades vocacionadas a trabalhar na área da Deficiência e a comunidade em geral não podem fazer muito para ultrapassar as incapacidades, mas podem diminuir consideravelmente as deficiências produzidas pelas atitudes discriminatórias, pelas ações e por todas as barreiras Institucionais.

Sustentar e aprofundar uma cultura Inclusiva é quando refletimos e questionamos continuamente quais são as barreiras de acesso e à participação, como podem ser minimizadas essas barreiras e que recursos se podem mobilizar para apoiar a aprendizagem e a participação. A inclusão consiste na minimização de todas as barreiras à educação/formação/emprego de todos os indivíduos.

Se investirmos numa cultura Inclusiva, estamos certos que os valores inclusivos partilhados por todos podem conduzir a mudanças nas outras dimensões, como seja novas práticas e políticas Inclusivas. Urge convocar todos os atores que direta e, indiretamente, trabalham na deficiência para uma cultura de participação, de envolvência, de corresponsabilização de todos para melhorar a atividade, a participação e os níveis de funcionalidade do indivíduo, começando-se a dar atenção ao potencial que o indivíduo portador de deficiência encerra no seu todo.

VISÃO DE DESENVOLVIMENTO

VISÃO ESTRATÉGICA

Intervir com eficácia e eficiência na área da Deficiência em Castelo de Paiva significa olhar o indivíduo como um todo, fazer uma leitura biopsicossocial, incorporando, não só os aspectos médicos, mas também os fatores psicológicos e sociais do processo de incapacidade, numa interação dinâmica entre a pessoa e os fatores contextuais, identificando as necessidades e os pontos fortes do indivíduo, bem como as barreiras e os elementos facilitadores do ambiente.

Em síntese, dimensionar e valorizar a perspetiva sistémica de Intervenção, de encarar o indivíduo no seu todo, integrando a dimensão biológica, individual e social, preconizando a necessidade iniludível de uma intervenção em várias frentes, mas integrada, que pressupõe a mobilização de todos para atividade e participação, investindo numa Intervenção multidisciplinar, sistematizada e integral, envolvendo todos os atores do território de Intervenção.

CENÁRIO DE PARTIDA

Existe uma rede de Instituições do território Castelo de Paiva que intervém junto deste público, quer na componente ocupação positiva dos tempos de vida diária, quer a nível do desenvolvimento de competências técnicas e profissionais em determinadas áreas formativas, dimensionando a potencialidade de cada indivíduo e integrando-o em áreas do seu interesse, mas também em áreas com potencial de empregabilidade no futuro. Regista-se ainda alguma dificuldade em envolver os agentes económicos da região para a necessidade de apoiar e integrar em posto de trabalho os indivíduos portadores de deficiência, aproximando a economia à deficiência, e para isso urge um trabalho de verdadeira sensibilização e consciencialização para a valorização do Indivíduo e do potencial que ele encerra. Importa, também, mobilizar uma estratégia de cooperação entre as diversas entidades do concelho, no sentido de rentabilizar e otimizar recursos e preparar estratégias de Intervenção partilhadas e de Intervenção sociocomunitária.

Estratégia de Intervenção – Perspetiva de Intervenção

À luz dos novos conceitos e classificações existentes, a Perspetiva de Intervenção passa de um Modelo Médico para um Modelo Biopsicossocial. O modelo médico sustenta-se nos rótulos e diagnósticos e estes têm a característica de fazer diminuir as expetativas quanto às potencialidades de aprendizagem de cada indivíduo. O modelo biopsicossocial coloca o acento tónico sobre o que tem de ser feito para melhorar a aprendizagem e a qualidade de vida de cada indivíduo, concentrando a intervenção no indivíduo, no seu todo, nas suas potencialidades, mas também nos problemas do indivíduo e nos problemas existentes no meio, como seja, por exemplo, os códigos culturais e familiares, as estratégias de ensino e

aprendizagem utilizadas, os fatores ligados às relações pessoais, às atitudes e aos valores.

Esta nova abordagem encara os problemas e os obstáculos à aprendizagem de frente, concentrando-se nas possibilidades e soluções que se podem encontrar para ultrapassar os problemas, envolvendo-nos na mobilização de recursos que a maior parte das vezes estão ao nosso alcance e nós não vislumbramos. Concentrar a nossa Intervenção Social naquilo que existe e potenciar, buscar o que de mais precioso existe na escola/na Empresa/Instituição, no fundo, na comunidade, para apoiar a aprendizagem, a qualificação profissional, o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e o acesso a um nível de qualidade de vida implica uma clara mudança de mentalidades e o acesso a um novo paradigma que propicia uma nova Cultura Inclusiva, Prática Inclusiva e Política Inclusiva.

M A T R I Z D E E N Q U A D R A M E N T O L Ó G I C O

1. ^a Objectivo Global (estratégico)	3. ^a Indicadores	4. ^a Meios de verificação	2. ^a Pressupostos externos
<p>Objectivo Global (estratégico)</p> <p>Em 2015, está implementada uma estratégia de ação que permite reduzir as assimetrias no que respeita à igualdade de oportunidades, no acesso à cidadania, ao emprego e à formação dos cidadãos portadores de deficiência</p>	<p>Indicadores</p> <p>Cursos de formação adaptados; Taxa de empregabilidade</p>	<p>Meios de verificação</p> <p>N.º de cursos aprovados nº de participantes;</p>	<p>Pressupostos externos</p> <p>Financiamento do Qren; Articulação Institucional</p>
<p>Objectivos Específicos</p> <p>Em 2015, as pessoas portadoras de deficiência do concelho beneficiam de respostas formativas adaptadas ao seu perfil e às necessidades de mercado de trabalho.</p>	<p>Indicadores</p> <p>Cursos de formação adaptados</p>	<p>Meios de verificação</p> <p>Nº de cursos aprovados; Nº de formandos (as)</p>	<p>Pressupostos externos</p> <p>Apoio do QREN</p>
<p>Resultados</p> <p>Em 2015, 50% das pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade tiveram acesso a formação profissional adaptada e/ou emprego.</p>	<p>Indicadores</p> <p>Formandos certificados; Formandos integrados no mercado de trabalho.</p>	<p>Meios de verificação</p> <p>nº de certificados emitidos</p>	<p>Pressupostos externos</p> <p>Apoios financeiros e técnicos inerentes à contratação de pessoas com deficiência; Apoios financeiros do QREN</p>

Actividade Candidatura ao financiamento para cursos de formação adaptados.	Indicadores Apresentação de candidaturas	Meios de verificação Nº de candidaturas aprovadas	Pressupostos externos Financiamento QREN
--	--	---	--

MODELO DE GESTÃO DO PROJETO

Integração em Rede

Constituída parceria entre as IPSS, Autarquia, Saúde e Instituto de Segurança Social integrada no grupo temático – **Inserção Social**

Entidade Gestora

A parceria define a instituição que desempenha a função de entidade coordenadora

Equipa de Acompanhamento

Conselho Local de Ação Social - Núcleo Executivo da Rede Social

Estruturas de Parceria de Suporte

Rede Social / Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco / Núcleo Local de Inserção

PROJETOS ESTRUTURANTES – RESPOSTAS SOCIAIS

Fundamentação

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2007-(Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável) “Um desenvolvimento sustentável pressupõe a preocupação não só com o presente mas com a qualidade de vida das gerações futuras, protegendo recursos vitais, incrementando fatores de coesão social e equidade, garantido um crescimento económico amigo do ambiente e das pessoas”. Alcançar uma visão de desenvolvimento Sustentável para o concelho de Castelo de Paiva, pressupõe uma abordagem holística, integradora da economia local e regional, de todas as frações da sociedade e, respeitando a biodiversidade e os recursos naturais, promotora da solidariedade inter-geracional e tanto da cooperação e da co-responsabilização entre instituições e territórios.

VISÃO DE DESENVOLVIMENTO

Visão estratégica

Num momento de fortes desafios e exigências com que se deparam as organizações sociais e especificamente as sem fins lucrativos, impõe-se discutir e refletir sobre aspetos, conceitos e métodos, que permitam garantir e conferir-lhes sustentabilidade.

Cenário de partida

O concelho tem um nível de cobertura de respostas sociais elevado na áreas da infancia, juventude, idosos e comunidade e em franco crescimento na área da deficiencia. Contudo, há necessidade

presente e emergente de garantir a sustentabilidade das respostas, contrapondo com a tendência da intervenção do poder central e encontrando estratégias de subsidiariedade e territorialidade que supram os défices conjunturais das IPSS.

Estratégia – perspectiva de intervenção

É necessário dar visibilidade às sinergias de funcionamento já existentes e estimular novas formas de relação entre os diferentes atores institucionais que operam no território, permitindo, por um lado, a diferenciação e especificidade cada um, e, por outro lado, garantir simultaneamente a otimização dos recursos e do trabalho já desenvolvido em parceria.

M A T R I Z D E E N Q U A D R A M E N T O L O G I C O

1. ^a Objectivo Global (estratégico) Em 2015, as IPSS estão sensibilizadas para a mais valia advinda da concertação entre elas visando a sua sustentabilidade.	3. ^a Indicadores Nº de concertações efetuadas em sede de CLAS	4. ^a Meios de verificação Atas de reunião de CLAS	2. ^a Pressupostos externos Articulação institucional
Objectivos Específicos Em 2014, as IPSS estão disponíveis para o trabalho em rede como suporte para a concertação e sustentabilidade	Indicadores Nº de projetos elaborados em parceria	Meios de verificação Projetos elaborados	Pressupostos externos Articulação Institucional.
Resultados Nº de projetos concertados apresentados em sede de CLAS	Indicadores Nº de entidades que se disponibilizaram para a concertação	Meios de verificação Atas das reuniões	Pressupostos externos Articulação Institucional

Actividade Fórum de discussão de estratégias para a sustentabilidade	Indicadores nº de entidades participantes	Meios de verificação lista de presenças	Pressupostos externos Articulação institucional
Actividade Ações de sensibilização sobre concertação	Indicadores Nº de entidades participantes	Meios de verificação lista de presenças	Pressupostos externos articulação institucional

MODELO DE GESTÃO DO PROJETO

Integração em Rede

Constituída parceria entre as IPSS, Autarquia, Saúde e Instituto de Segurança Social integrada no grupo temático – **Respostas Sociais**

Entidade Gestora

A parceria define a instituição que desempenha a função de entidade coordenadora

Equipa de Acompanhamento

Conselho Local de Ação Social - Núcleo Executivo da Rede Social

Estruturas de Parceria de Suporte

Rede Social

PROJETOS ESTRUTURANTES – PARCERIAS

Fundamentação

As parcerias locais, enquanto estratégias territorializadas para o desenvolvimento social à escala local podem ser motores de projetos de crescimento e de sustentabilidade interinstitucional. É de extrema importância compreender as dinâmicas e alguns resultados que as parcerias, bem como as redes que constituem, podem ter nos processos de desenvolvimento local, quando assumem um papel importante na implementação de iniciativas que visem combater a pobreza e a exclusão social, apostando em estratégias de desenvolvimento social local. A Rede Social é uma estrutura capacitada para a promoção, desenvolvimento e fortalecimento das parcerias, deve ser entendida como tal, e verdadeiramente agilizada.

VISÃO DE DESENVOLVIMENTO

Visão estratégica

Tendo em conta a implementação, enraizamento e fortalecimento da Rede Social no terreno, mas conscientes das diversas dificuldades que a caracterizam, nomeadamente no que concerne a um efectivo trabalho em parceria urge repensar a metodologia de trabalho e operacionalizar dinâmicas que permitam uma monitorização e aperfeiçoamento desta estrutura de parceria.

Cenário de partida

A Rede Sociel é uma estrutura de parceria composta por 37 parceiros, no entanto não exsite um trabalho de rede instituido em todos os dominios de intervenção denotando-se a existencia de dificuldades inerentes a alguns processos de ação. Dada a conjuntura nacional e local em termos de recursos disponiveis para a ação urge a necessidade de parcerias efetivas, concretas e solidas que permitam responder as necessidades diagnosticadas e, paulatinamente, contribuir para a sustentabilidade de muitas dessas respostas.

Estratégia – perspectiva de intervenção

É necessário potenciar os recursos existentes, trabalhar com acuidade as parcerias, nomeadamente nos dominios do trabalho em rede e das vantagens que este efetivo trabalho pode ter nas instituições, comunidade e território.

M A T R I Z D E E N Q U A D R A M E N T O L O G I C O

1.º Objectivo Global (estratégico)	3.º Indicadores	4.º Meios de verificação	2.º Pressupostos externos
Em 2013, a rede social mantém-se como um fórum inter institucional para a obtenção de respostas integradas em prol das relações de parcerias e de desenvolvimento social.	Nº de Entidades participantes; nº de projetos concertados; Nº de reuniões de CLAS realizadas.	Atas das reuniões de CLAS	Articulação institucional
Objectivos Específicos Em 2015 todas as estratégias de desenvolvimento social do concelho são discutidas, concertadas e avaliadas pelo CLAS.	Indicadores Nº de estratégias discutidas; nº de estratégias concertadas; nº de estratégias avaliadas.	Meios de verificação Atas das reuniões; Dossier apresentado	Pressupostos externos Articulação institucional
Resultados A estratégia de intervenção social do concelho é discutida, implementada e avaliada pelo CLAS.	Indicadores Nº de Núcleos operativos que integram o CLAS.	Meios de verificação Presença nas reuniões do CLAS	Pressupostos externos Articulação institucional; disponibilidade institucional para a integração/adesão ao CLAS.
Actividade Mobilização dos parceiros para a integração efetiva/ativa em grupos de trabalho com vista à operacionalização do Plano de Ação.	Indicadores Nº de parceiros activamente envolvidos; nº de ações desenvolvidas	Meios de verificação Folhas de presenças; relatórios de atividades	Pressupostos externos capacidade técnica e institucional para mobilização/dinamização.

MODELO DE GESTÃO DO PROJETO

Integração em Rede

Dinamização da Rede Social integrada no grupo temático – **Parcerias**

Entidade Gestora

A parceria define a instituição que desempenha a função de entidade coordenadora

Equipa de Acompanhamento

Conselho Local de Ação Social - Núcleo Executivo da Rede Social

Estruturas de Parceria de Suporte

Rede Social

VII. ROAD MAP

A. Road Map de Implementação do Plano de Desenvolvimento Social 2013 – 2015

Percorso de Operacionalização dos Produtos do PDS

ETAPA PREVIA: Aprovação do PDS em CLAS, com a identificação das entidades responsáveis pela constituição dos Grupos de Missão:

1. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Emprego/Empreendedorismo”

- ✓ Município de Castelo de Paiva;
- ✓ Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva;
- ✓ Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- ✓ Universidades e Politécnicos;
- ✓ Entidades formadoras;
- ✓ Representante dos Agrupamentos de Escolas;
- ✓ Instituto da Juventude;
- ✓ Instituto de Solidariedade Social;
- ✓ Associações / Grupos Recreativo Culturais e desportivos;

Esta equipa mobilizará também a Comissão para a Qualificação.

2. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Comportamentos Saudáveis”

- ✓ Município de Castelo de Paiva;
- ✓ Unidade de Saúde de Castelo de Paiva - ACES Tâmega II;
- ✓ Instituto da Droga e da Toxicodependência Porto Oriental;
- ✓ Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências;
- ✓ Representante dos Agrupamentos de Escolas;
- ✓ Representante das IPSS;
- ✓ Guarda Nacional Republicana;
- ✓ Representante das Juntas de Freguesia;

Esta Equipa mobilizará também o Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Segurança, Conselho Municipal de Cultura e Desporto, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

3. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Resposta Integrada no âmbito da Violência Doméstica”

- ✓ Município de Castelo de Paiva;
- ✓ Guarda Nacional Republicana;
- ✓ Associação para a Promoção Social e Profissional de Castelo de Paiva;
- ✓ Associação Homens e Mulheres pela Igualdade de Género;

- ✓ Representante da Saúde;
- ✓ Representante dos Agrupamentos de Escolas;
- ✓ Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- ✓ Instituto de Segurança Social, I.P.
- ✓ Comissão para a Igualdade de Género;

Esta Equipa mobilizará também o Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Segurança, Conselho Municipal de Cultura e Desporto, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

4. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Intervenção Familiar e Parental”

- ✓ Município de Castelo de Paiva;
- ✓ Representante das IPSS;
- ✓ Representante da Saúde;
- ✓ Representante dos Agrupamentos de Escolas;
- ✓ Instituto de Segurança Social, I.P.
- ✓ Representante das Juntas de Freguesia;

Esta Equipa mobilizará também o Conselho Municipal de Educação, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Núcleo Local de Inserção e Contrato Local de Desenvolvimento Social.

5. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Parque Habitacional Qualificado”

- ✓ Município de Castelo de Paiva;
- ✓ Juntas de Freguesia;
- ✓ Instituições de Solidariedade Social;
- ✓ Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana;

6. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Resposta Integrada no âmbito do Envelhecimento”

- ✓ Município de Castelo de Paiva;
- ✓ Instituições de Solidariedade Social;
- ✓ Guarda Nacional Republicana;
- ✓ Juntas de Freguesia;

Esta Equipa mobilizará também o Núcleo Local de Inserção e Contrato Local de Desenvolvimento Social.

7. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Inserção Social”

- ✓ Município de Castelo de Paiva;
- ✓ Instituições de Solidariedade Social;
- ✓ Instituto de Segurança Social, I.P.;
- ✓ Representante da Saúde;

Esta Equipa mobilizará também o Núcleo Local de Inserção e Contrato Local de Desenvolvimento Social.

8. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Respostas Sociais”

- ✓ Município de Castelo de Paiva;
- ✓ Instituições de Solidariedade Social;
- ✓ Instituto de Segurança Social, I.P.

Esta Equipa mobilizará também o Núcleo Local de Inserção e Contrato Local de Desenvolvimento Social.

9. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Parcerias”

- ✓ Município de Castelo de Paiva;
- ✓ Instituições de Solidariedade Social;
- ✓ Guarda Nacional Republicana;
- ✓ Juntas de Freguesia;
- ✓ Representante da Saúde;
- ✓ Instituto de Emprego e Formação Profissional;

Esta Equipa mobilizará também o Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Segurança, Conselho Municipal de Cultura, Desporto, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Núcleo Local de Inserção e Contrato Local de Desenvolvimento Social.

ETAPA 1. Organização dos Grupos de Missão nas entidades responsáveis e, metodologias da sua operacionalização;

1. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Emprego/ Empreendedorismo”

Entidades / Implementação	Departamento / Divisão Responsabilidade
Município de Castelo de Paiva	Gabinete de Inserção Profissional / Gabinete de Educação
Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva;	Apoio aos Empresários, dinamização do tecido empresarial e incentivo ao empreendedorismo
Instituto de Emprego e Formação Profissional	Serviço de emprego: informação acerca de projetos
Universidades e Politécnicos	Experiencias, boas práticas e apoio na implementação
Entidades Formadoras	Formação profissional na área
Representantes Agrupamentos de Escolas	Formação na área Impulso à participação no projeto
Instituto da Juventude	Apoio e informação em termos de oportunidades de empreendedorismo
Instituto de Solidariedade Social, I.P.	Apoio e informação
Associações / Grupos Recreativo Culturais e Desportivos	Captação de empreendedores e impulsionadores do empreendedorismo

2. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão

“Comportamentos Saudáveis”

Entidades / Implementação	Departamento / Divisão Responsabilidade
Município de Castelo de Paiva	Ação Social, Cultura e Desporto
Unidade de Saúde de Castelo de Paiva ACES Tâmega II	Saúde Escolar e Saúde Comunitária
Instituto da Droga e da Toxicodependência Porto Oriental Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	Unidade de Prevenção
Representante dos Agrupamentos de Escolas	Professor Coordenador área do Projeto
Representante das IPSS / Associações	Elo de ligação com as restantes
Representante das Juntas de Freguesia	Elo de ligação com as restantes / proximidade à população
Guarda Nacional Republicana	Programas Especiais da GNR

3. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Resposta Integrada no âmbito da Violência Doméstica”

Entidades / Implementação	Departamento / Divisão Responsabilidade
Município de Castelo de Paiva	Ação Social, Educação, Cultura e Desporto Gabinete de Inserção Profissional
Guarda Nacional Republicana	Procedimentos legais Informação das respostas existentes e encaminhamentos
Associação para a Promoção Social e Profissional de Castelo de Paiva	Apoio social, psicológico e jurídico
Associação Homens e Mulheres pela Igualdade de Género	Apoio social e informação
Representante da Saúde	Atendimento / acompanhamento
Representante dos Agrupamentos de Escolas;	Sinalização / apoio psicológico
Instituto de Emprego e Formação Profissional	Técnicos de Emprego
Instituto de Segurança Social, I.P.	Atendimento / acompanhamento
Comissão para a Igualdade de Género	Informação e apoio em termos de financiamentos

4. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Intervenção Familiar e Parental”

Entidades / Implementação	Departamento / Divisão Responsabilidade
Município de Castelo de Paiva	Ação Social e Educação
Representante das IPSS	Elo de ligação com as restantes
Representante da Saúde	Serviço Social e de Enfermagem
Representante dos Agrupamentos de Escolas	Serviço de psicologia
Instituto de Segurança Social, I.P.	Atendimento / acompanhamento
Representante das Juntas de Freguesia	Elo de ligação / proximidade à população

5. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Parque Habitacional Qualificado”

Entidades / Implementação	Departamento / Divisão Responsabilidade
Município de Castelo de Paiva	Ação Social e Divisão de Obras Municipais
Representante das Juntas de Freguesia	Parcerias estratégicas (localizações) Cedência de materiais
Instituições de solidariedade Social	Mobilização e desenvolvimento da Casa de Emergência Social
Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana	Informação acerca de financiamentos

6. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Resposta Integrada no âmbito do Envelhecimento”

Entidades / Implementação	Departamento / Divisão Responsabilidade
Município de Castelo de Paiva	Ação Social, Cultura e Desporto Projeto SOL e Projeto MICAS
Instituições de Solidariedade Social	Participação ativa Projeto MICAS Apoio social
Guarda Nacional Republicana	Proximidade e participação projetos
Juntas de Freguesia	Sinalização e proximidade da população

7. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Inserção Social”

Entidades / Implementação	Departamento / Divisão Responsabilidade
Município de Castelo de Paiva	Ação Social, Cultura e Desporto
Instituições de Solidariedade Social	Apoio social e respostas sociais
Instituto de Segurança Social, I.P.	Atendimento / encaminhamento Divulgação de apoios e financiamentos
Representante da Saúde	Saúde Familiar

8. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Respostas Sociais”

Entidades / Implementação	Departamento / Divisão Responsabilidade
Município de Castelo de Paiva	Ação Social Apoio IPSS e associações Sustentabilidade das IPSS
Instituições de Solidariedade Social	Dinamização das respostas sociais Sustentabilidade das Respostas Sociais
Instituto de Segurança Social, I.P.	Apoio técnico Divulgação de apoios e financiamentos

9. Equipa Multidisciplinar / Grupo de Missão “Parcerias”

Entidades / Implementação	Departamento / Divisão Responsabilidade
Município de Castelo de Paiva	Ação Social Dinamização e mobilização de uma participação ativa das entidades
Instituições de Solidariedade Social	
Guarda Nacional Republicana	Proatividade e trabalho em parceria
Juntas de Freguesia	Dinamização e mobilização de uma participação ativa das entidades
Representante da Saúde	
Instituto de Emprego e Formação Profissional	
Restantes parceiros da Rede Social	

Internamente cada entidade representada vai designar um ou mais elementos para trabalhar nestes diversos grupos de missão, e após esta designação, será nomeado, por sistema de rotatividade um responsável pelo Grupo de Missão. De entre outras funções, este responsável terá que assumir as funções de interlocutor entre este Grupo de Missão e demais estruturas de parceria identificadas e assumir um papel de líder no seio deste grupo de trabalho.

RESPONSÁVEL: Núcleo Executivo da Rede Social

ETAPA 2. Elaboração do Caderno de Encargos do Produto

Identificação das componentes técnicas do produto

Identificação das entidades parceiras na elaboração

As entidades parceiras serão as anteriormente apresentadas que integram os Grupos de Missão, apoiadas pelos diversos Conselhos Municipais (quando existir necessidade para o efeito).

Elaboração participada das componentes e conteúdos do produto

Para o efeito serão desenvolvidos diversos Workshops temáticos tendo sempre por base as matrizes de enquadramento lógico anteriormente apresentadas para cada um dos desafios lançados.

Definição de contributos e responsabilidades institucionais (com clarificação dos recursos técnicos e materiais a afetar)

Para o alcance desta definição será elaborado um protocolo de colaboração / caderno de encargos com definições precisas e exatas do papel de cada elemento institucional e instituição na execução dos diversos projetos, que será assinado e validado por todos os intervenientes nos processos.

Definição das ações de desenvolvimento do produto (Plano de Ação)

Este Plano de Ação encontra-se definido na Matriz de Enquadramento Lógico anteriormente apresentada e será aprofundado e discriminado anualmente.

Responsável – Núcleo Executivo da Rede Social

ETAPA 3: Contratualização interna do produto e do Grupo de Missão

Esta contratualização será efetuada tendo por base as responsabilidades assumidas por cada entidade/técnico e serão desenvolvidas diversas reuniões de acompanhamento internas de apoio ao desenvolvimento do produto, assumindo o Núcleo Executivo / técnico da Rede Social um papel de interlocutor.

ETAPA 4: Desenvolvimento e comunicação dos resultados produzidos

Elaboração dos produtos:

- ✓ Construção do produto pelo grupo de Missão, apoiado no papel consultivo e de recurso das entidades parceiras;
- ✓ Elaboração de relatórios de progresso periódicos para apreciação Do CLAS;
- ✓ Integração de sugestões e recomendações do CLAS no desenvolvimento do produto;

ETAPA 5: Avaliação do potencial de incorporação dos produtos (e respetiva contratualização institucional em caso de incorporação efetiva)

- Análise pela Comissão Estratégica do potencial de incorporação dos produtos pela instituição responsável, por outras instituições parceiras ou em redes e parcerias
 - Realização de ficha suporte de identificação da entidade incorporadora, representante e coordenador de equipa;
 - Realização de reuniões de trabalho entre os diversos interlocutores que compõem a rede temática / percursos integrados.
 - Realização de relatórios mensais que evidenciem a incorporação comprovada dos diversos projetos;

- Realização de relatório trimestral com a compilação de todas as informações que denote a real e efetiva incorporação de algum dos desafios do Plano de Desenvolvimento Social;

ETAPA 6: Comunicação pública e formalização na rede social dos produtos incorporados do PDS:

- Realização de uma sessão de apresentação pública dos produtos;
- Realização de sessões temáticas dos produtos;
- Contratualização formal

B. ROAD MAP

Organograma de Desenvolvimento dos produtos do PDS

Composição e Funcionamento dos Grupos de Missão

Ciclo de decisão na elaboração dos produtos

1. Nível de decisão no CLAS

Entidade responsável pelo produto: Rede Social de Castelo de Paiva

Entidades parceiras da Comissão Estratégica que avaliam periodicamente o progresso da elaboração do produto e orientam o processo de incorporação:

➤ Núcleo Executivo da Rede Social

- ✓ Município de Castelo de Paiva
- ✓ Junta de Freguesia de Fornos
- ✓ Associação para a Promoção Social e Profissional de Castelo de Paiva;
- ✓ URBE Consultores Associados, Lda.
- ✓ Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão;
- ✓ Instituto de Segurança Social, IP Delegação Local

Entidades externas à Comissão Estratégica representadas ao nível da decisão que participam no processo de elaboração dos produtos e ou que são potenciais incorporadores:

- ✓ Comissão Intermunicipal do Tâmega e Sousa

2. Composição do Grupo de Missão

Nível de Decisão

Responsável Institucional na Comissão Estratégica

(Função de orientação e supervisão, coordenação e representação do produto):

- Presidente do CLAS Castelo de Paiva;

Decisores das instituições parceiras que participam no desenvolvimento dos produtos

(participação esporádica e não vinculativa da instituição no sentido de contribuir para a efetivação e validação do produto no seu processo de desenvolvimento):

- Parceiros do:
 - Conselho Municipal de Segurança
 - Conselho Municipal de Educação
 - Conselho Municipal Cultura e Desporto
 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
 - Núcleo Local de Inserção RSI

- Contrato Local de Desenvolvimento Social.

Nível Técnico

Responsável técnico interno (integrado no grupo de Missão)

(Função de Coordenação técnica da construção e desenvolvimento dos produtos)

- ✓ Núcleo Executivo da Rede Social

Técnicos (equipa) disponibilizados pela entidade responsável pelo Grupo de Missão com a função de apoiar a elaboração do produto

- ✓ Apresentados na etapa 2 anteriormente exposta

Técnicos das instituições parceiras que intervêm no apoio ao desenvolvimento do produto (validando as propostas do produto em função das necessidades institucionais)

- ✓ Constituição de um Grupo de Apoio que integre um elemento de cada uma das estruturas de parceria anteriormente apresentadas no ponto Nível de Decisão que tem como funções:

- Interlocutor entre as diversas estruturas de parceria;
- Validação de propostas e ações do produto;
- Auscultação das necessidades institucionais e avaliação das possibilidades de incorporação.

C. ROAD MAP: Grelha de Funções do Produto

CICLO DO PRODUTO Etapas de Desenvolvimento	Função dos Decisores	Função dos Técnicos
Etapa prévia: Aprovação do PDS em CLAS, com a identificação das entidades responsáveis pela constituição dos grupos de Missão	Parceiros do CLAS (análise e aprovação do Plano)	Apresentação do documento
Etapa 1: Organização dos Grupos de Missão nas entidades responsáveis e metodologia da sua operacionalização	Decisores das entidades responsáveis enumeram os técnicos que pretendem integrar	Integrar os grupos de missão com espírito do trabalho de equipa
Etapa 2: Elaboração do caderno de encargos do Produto		Técnicos da entidade / Grupo de Missão Técnicos das entidades parceiras do Grupo de Missão
Etapa 3: Contratualização interna do produto e do Grupo de Missão	Decisores das entidades responsáveis	
Etapa 4: Desenvolvimento e comunicação dos resultados produzidos	Supervisão do decisor da entidade responsável	Técnicos da entidade / Grupo de Missão Núcleo Executivo da Rede Social
Etapa 5: Avaliação do potencial de incorporação dos produtos (e respetiva contratualização institucional em caso de incorporação efetiva)	Decisores do CLAS Decisores de entidades potencialmente incorporadoras	
Etapa 6: Comunicação pública e formalização na rede social dos produtos incorporados do PDS	Decisores das instituições parceiras da rede social	Técnicos das instituições parceiras da rede social e demais estruturas de parceria

VIII. NOTA CONCLUSIVA:

São inúmeras as dificuldades sentidas pelos diversos parceiros da Rede Social em encontrar respostas assertivas, sustentáveis e operacionalizáveis em prol de uma comunidade mais saudável e com uma qualidade de vida pautada por valores positivos e de felicidade. Estas situações refletem-se na atuação e resposta às situações do território. Assim sendo, e conscientes desta dificuldade, o principal papel dos parceiros da Rede Social passa pelo estabelecimento de parcerias estratégicas entre as diversas instituições que operam no terreno e com estruturas de parceria implementadas no mesmo. Ressalta daqui a necessidade de envolvimento de todas as estruturas de parceria, nomeadamente:

- Rede Social
- Conselho Municipal de Educação
- Conselho Municipal de Segurança
- Conselho Municipal de Cultura e Desporto
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
- Núcleo Local de Inserção RSI

A proposta passaria pela criação do Conselho Municipal para o Desenvolvimento que integraria todas estas estruturas e funcionaria como o espaço central de decisão, planeamento, articulação e resolução de problemas.

Cabe aos diversos parceiros mobilizar parcerias estratégicas proativas e dar respostas à comunidade e agir preventivamente, sendo este tipo de metodologias de trabalho as que permitem o alcance destes objetivos. Assim sendo, a grande proposta operativa para a Rede Social passa pelo fortalecimento da parceria e real trabalho em conjunto de modo a que os recursos sejam rentabilizados de modo

eficiente e que os resultados alcançados evidenciem a eficácia das ações através da promoção de alterações de comportamentos e de ciclos de vivências instauradas.

O trabalho em parceria pressupõe uma articulação direta e continua entre os diversos parceiros. Este estabelecimento de parcerias tem obrigatoriamente de ter sempre na sua base as seguintes questões: atualmente constata-se a extrema dificuldade de sustentabilidade das IPSS, a dificuldade em responder assertivamente e eficazmente, a falta de recursos, as dificuldades da comunidade, as situações de desemprego e os multiproblemas e, o caminho passa obrigatoriamente por este trabalho em parceria como forma de resposta eficaz aos problemas da comunidade e como modo de colmatar as colateralidades da situação do país que repercussões graves terão nas nossas comunidades, principalmente nas que se encontram mais expostas à vulnerabilidade social.

Em suma, dadas as dificuldades de ação institucional individual e à multiplicidade de intervenções necessárias num trabalho sistémico e estrategicamente planeado o enfoque deverá passar pelas parcerias estratégicas entre os diversos interlocutores sociais e com a própria comunidade e cidadãos.

A avaliação deste planeamento estratégico será feita continuamente pelos diversos técnicos que o integram com o objetivo de aquilatar a sua eficácia junto da comunidade e as mudanças produzidas pelo mesmo.

O Plano de Desenvolvimento Social será operacionalizado através de diversos planos de ação anuais que serão documentos mais descritivos em termos operativos e de responsabilidades na operacionalização de diversas atividades em prol do alcance dos desafios / missões preestabelecidos.

IX. Bibliografia:

- ARBER, Sara e Ginn, Jay (1990), "The Meaning of Informal Care: Gender and the Contributions of Elderly People" in Ageing and Society, n.º 10.
- BAPTISTA, António, Vários Trabalhos;
- Conselho Local de Ação Social de Castelo de Paiva (2012), "Diagnóstico Social de Castelo de Paiva", CLAS/ Núcleo Executivo da Rede Social.
- Conselho Local de Ação Social de Castelo de Paiva (2012), "Plano de Desenvolvimento Social de Castelo de Paiva 2008", CLAS/ Núcleo Executivo da Rede Social.
- Conselho Local de Ação Social de Castelo de Paiva (2012), "Relatório de Avaliação do PDS 2008 de Castelo de Paiva, CLAS/ Núcleo Executivo da Rede Social.
- FERNANDES, Ana Alexandra (1997), "Velhice e Sociedade", Oeiras, Celta Editora.
- FERREIRAS, António Fonseca (2005), "Gestão Estratégica de Cidades e Regiões", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- HERNAN E. Contreras Alday* Rev (2000), "o Planejamento Estratégico dentro do Conceito de Administração Estratégica".
- INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL (2005), "Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental, Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS, IP. Com a colaboração da Geoideia para o tratamento estatístico (2005), Instituto de Segurança Social, IP.
- LESSAR – HÉBERT, M et al, (1994), "investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas, Lisboa: Instituto Piaget;

- Marktest Consulting, Atlas Social de Portugal;
- RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS, N.º 25/2006, (2006), Quadro de Referencia Estratégica Nacional e Programas Operacionais para o período de 2007 – 2013.

WEB Sites:

- PROGRAMA REDE SOCIAL (documentos de trabalho)
<http://www.seg-social.pt/redesocial>
- www.google.pt – planeamento estratégico

ANEXOS

Anexo 1

Área Temática: INFÂNCIA / JUVENTUDE (0 – 18 anos)

PROBLEMAS EXISTENTES	NECESSIDADES	PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	CARACTERIZAÇÃO	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	FONTES/ANO
<p>Crianças e jovens com problemas/perturbações emocionais e organizações psíquicas frágeis;</p> <p>Ausência de afectos e respostas emocionais adequadas às suas necessidades e carências afectivas;</p> <p>Presença de crianças e jovens em situações de negligência e/ou abandono na satisfação das suas necessidades básicas e no adequado acompanhamento do seu processo de crescimento físico, psicológico e sócio educativo</p> <p>Insuficiente número de professores de apoio educativo e Ensino Especial/ terapeutas</p> <p>Fragilidades na articulação curricular entre os diferentes ciclos;</p>	<p>Necessidade de apoio e de respostas ao nível da psicologia.</p> <p>Orientação e acompanhamento permanente e terapeutas ocupacionais</p> <p>Definição de perfis de alunos</p>	<p>Perturbações emocionais</p> <p>Desarticulação curricular</p>	<p>Proporcionar mais estabilidade emocional</p> <p>Cooperação / articulação entre docentes</p>	<p>Nº de casos existentes na CPCJ relacionados com problemas /perturbações emocionais e estruturas psíquicas frágeis</p> <p>Resultados escolares na transição de ciclo pouco satisfatórios</p>	<p>Espaços de apoio a menores de risco, que assegurem as suas necessidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> Emocionais – segurança, afecto Educacionais – projecto de vida Físicas – higiene, alimentação <p>Reuniões; reformulação de estratégias</p>	<p>Dados da CPCJ</p> <p>Dados dos Serviços de Psicologia</p> <p>Tratamento estatístico avaliação</p>

PROBLEMAS EXISTENTES	NECESSIDADES	PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	CARACTERIZAÇÃO	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	FONTES/ANO
Indisciplina; Desinteresse face à escola; Baixas expectativas dos alunos Insucesso escolar (nomeadamente com os alunos que se inserem em estruturas familiares fragilizadas) e/ou (multi) problemáticas;	Desenvolver competências relacionadas com o respeito pelos professores, funcionários, pares e comunidade em geral; Desenvolver a motivação pessoal para aprender; Acreditar nas suas capacidades e aumentar a auto estima e auto conhecimento dos interesses; Aumentar o sucesso escolar.	Dificuldades de aprendizagem e desmotivação Desadaptação ao contexto escolar Necessidades de apoio e de respostas ao nível da psicologia e orientação na reconstrução de projetos de vida saudáveis	Desenvolver competências de estudo Espaços de reflexão e treino de competências cognitivas que ajudem a apoiem o percurso escolar do aluno e a aprendizagem	Diversos casos de participações disciplinares que implicam a aplicação de medidas sancionatórias inclusive a suspensão temporária Demonstram pouco investimento e pouco interesse pelas matérias escolares originando fracos resultados .	Promover competências pessoais e sociais nos alunos, bem como espaços alternativos para a promoção de auto estima e confiança através de atividades de acesso à cultura, desporto e artes. Promover a participação social e comunitária e participação em «Workshops» c/ figuras publicas	Nº de processos disciplinares e registos de ocorrências Taxas de transição/retenção

PROBLEMAS EXISTENTES	NECESSIDADES	PROBL. PRIORITÁRIOS	NECESSID. PRIORITÁRIA	CARACTERIZAÇÃO	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	FONTES/ANO
Desresponsabilização dos pais no processo educativo dos seus educandos; Falta de competências dos pais e encarregados de Educação para lidar com comportamentos que fujam da «norma» e orientar/apoiar os seus educandos no estudo	Maior implicação/participação no processo de ensino/aprendizagem por parte dos pais; Maior formação dos pais para saber lidar com situações mais problemáticas e apoiar os seus educandos na aquisição de hábitos e competências de estudo	Os alunos que mais necessitam do acompanhamento dos pais não o têm ou porque não se interessam ou não têm competências para o fazer	Mais participação e envolvimento dos pais na vida escolar		Escola de Pais ; Clube de pais; Criar programas de promoção de competências pessoais e sociais para os pais Capacitar as famílias em termos de apoio escolar e estimulação desenvolvimental, bem como o seu envolvimento na construção de projectos de vida	Faltas às reuniões; Ausência/não comparença na hora de atendimento ou quando convocados; Relatos dos pais onde admitem não saber lidar em situações mais problemáticas com os filhos nem apoiar/orientar nos estudos

PROBLEMAS EXISTENTES	NECESSIDADES	PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	CARACTERIZAÇÃO	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	FONTES/ANO
Falta de respostas no Concelho de Castelo de Paiva para ocupação das crianças e jovens aos fins de semana e férias escolares, com ofertas aliciantes em termos de desporto, artes e cultura, assim como desvalorização destas áreas por parte dos pais em detrimento de outras (exp: trabalho precoce)	Criação de espaços criativos e inovadores ao nível das artes e cultura (sessões de cinema, teatro, musica, exposições, fotografia, pintura) e desporto (torneios de futebol, basquete, ténis de mesa, desportos radicais, danças ,etc.) Respostas organizadas aos fins de semana e férias escolares	Ocupação dos jovens nos tempos livres de uma forma mais enriquecedora e participada	Maior oferta cultural, artística e desportiva	Além do ATL e propostas escolares para enriquecimento curricular, o Concelho não oferece respostas alternativas, diferentes e criativas na área do desporto, artes e cultura, ao gosto das crianças e jovens	Organizar atividades orientadas para as crianças e jovens promovendo competências em termos de criatividade, desenvolvimento de regras de socialização e participação na vida comunitária Criação de rede de voluntariado com jovens que ajudem e orientem na organização das atividades	Os jovens comentam que frequentam os cafés, discoteca e bares . no Verão vão para o rio.
inexistência de iniciativas ao nível da participação dos jovens no trabalho voluntário e comunitário de forma a inclui-los na sociedade e a valorizar a sua importância enquanto cidadãos						

PROBLEMAS EXISTENTES	NECESSIDADES	PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	CARACTERIZAÇÃO	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	FONTES/ANO
Falta de recursos 1º ciclo	Necessidade mais equipamento e melhores condições físicas	Falta Assistência técnica ao parque informático das escolas (rotina) Falta Material de desgaste (fotocopias /tinteiros)	Otimização dos recursos existentes Fotocopias gratuitas 1º ciclo	Longa espera por reparação de equipamentos (computadores) Falta de verba para fotocópia	Criação de rede de voluntariado com jovens que ajudem e orientem na organização das atividades	
Dificuldades de Inclusão Social Absentismo Escolar Permanência prolongada no Centro de Acolhimento Temporário Limites do apoio institucional / Falta de ocupação dos tempos livres em períodos de férias	Maior articulação com os diversos actores sociais de forma a permitir maior facilidade na integração	Definição clara e objectiva de um projecto de vida numa instituição que deverá ser temporária	Necessidade de estudos interdisciplinares rápidos e diagnósticos correctos conducentes a projectos de vida bem definidos		Criação de CAFAP que permita dotar as famílias de competências conduzindo, sempre que possível, o regresso à família; Plano integrado de ocupação em tempo de férias	

PROBLEMAS EXISTENTES	NECESSIDADES	PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	CARACTERIZAÇÃO	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	FONTES/ANO
Violência Doméstica						
Desemprego no concelho						
Qualificação profissional						
Dificuldades económicas das famílias / falta de dinheiro	Recursos económicos	Identificar as famílias carenciadas e desenhar planos de intervenção integrada individualizados	Colmatar dificuldades económicas	Famílias Multiproblemáticas Ciclos geracionais	Financiamento para apoiar os pais na colocação das crianças no CATL/CAF	N.º de crianças apoiadas e integradas por resposta social
Falta de crianças no pré escolar (redução drástica nas famílias)	Alargamento da capacidade			Insuficiência de respostas		
Baixa escolaridade de alguns dos pais (eles não têm motivação para incutir a importância da escolaridade, pois nunca a tiveram)	Plano Integrado de Intervenção nas dependências e comportamentos de risco	Respostas Sociais	Promoção da saúde e comportamentos saudáveis	Comportamentos precoces de risco	Plano elaborado	
Capacidade das creches em termos de berçário				Comportamentos de risco	Ações executadas	
Comportamentos sexuais de risco / gravidez precoce	Equipamentos lúdicos	Comportamentos de risco	Intervenção nos parques infantis existentes		Promoção e implementação do Programa de Intervenção	N.º de crianças envolvidas
Aditivos / Dependências		Identificação das Infra estruturas existentes			Criação de Parque Infantil e Zona de Lazer	N.º de equipamentos criados
Défice de Infra estruturas lúdicas	Identificar principais causas de comportamento de bullying	Desconhecimento real do fenómeno	"Combater" comportamentos de bullying	Emergência de fenómenos de Bullying	Ações de Sensibilização	N.º de ações realizadas
Bullying						

Propostas de Intervenção Prioritária

Descrição	População Alvo	Impactos desejáveis	Recursos	Indicadores	Metas	Timings
<p>Indisciplina - diversos casos de participações disciplinares (inclusive no 1º ciclo do ensino básico) que implicam a aplicação de medidas disciplinares sancionatórias que vão desde a repreensão verbal até à suspensão temporária. Desrespeito generalizado pelas regras da escola e perda de autoridade do professor</p> <p>Para «combater» a indisciplina:- alterações no estatuto do aluno /- aumentar a autoridade do professor/- apoio psicológico aos alunos/- espaços onde se promovam a construção de comp. pessoais e sociais /- participação em atividades culturais e desportivas extra escolar</p>	Alunos do 1º ciclo até ao ensino secundário	<p>Diminuição da indisciplina e das participações disciplinares</p> <p>Aquisição de métodos de estudo</p> <p>Aumentar a motivação dos alunos e as expectativas em relação à escola.</p> <p>Consequentemente ter mais sucesso escolar</p>	<p>Serviços de psicologia</p> <p>Professores</p> <p>Pais</p> <p>Funcionários</p> <p>Técnicos especializados</p> <p>Terapeutas</p>	<p>Nº de processos disciplinares e registos de ocorrências</p> <p>Nº de professores/pais/técnicos que referem a aplicação de competências sociais, relacionais e de estudo adquiridas/desenvolvidas pelos alunos de risco</p> <p>Grau de satisfação da comunidade escolar quanto à disciplina, comportamentos e competências dos alunos, assim como o envolvimento e participação dos mesmos nas atividades da escolar</p>	<p>Integração dos alunos problemáticos em apoio psicológico com vista à melhoria da qualidade de vida psicológica e emocional</p> <p>Mudanças positivas nos comportamentos das crianças e jovens: mais motivação, adaptação positiva ao contexto escolar e menos comportamentos disruptivos</p> <p>Atingir 96% de sucesso escolar</p>	<p>Julho 2013</p> <p>Julho 2014</p> <p>Julho 2014</p>

Descrição	População Alvo	Impactos desejáveis	Recursos	Indicadores	Metas	Timings
<p>Insucesso Escolar - Demonstram pouco investimento e pouco interesse pelas matérias escolares originando fracos resultados .</p> <p>Outros interesses e baixas expectativas em relação à escola</p> <p>Para «combater» o insucesso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar salas de estudo / - Criar nos jovens motivação para aprender, aproximando-os da escola; / - Criar métodos e hábitos de estudo, dado que os alunos se habituaram ao facilitismo;/ - Aumentar o grau de exigência <p>Respostas mais eficazes no ensino Especial</p>	Alunos do 1º ciclo até ao ensino secundário	<p>Desenvolvimento integral</p> <p>Participação em atividades pratica</p>	<p>Serviços de psicologia</p> <p>Professores</p> <p>Pais</p> <p>Funcionários</p> <p>Técnicos especializados</p> <p>Terapeutas</p>	<p>Grau de satisfação da comunidade escolar quanto à disciplina, comportamentos e competências dos alunos, assim como o envolvimento e participação dos mesmos nas atividades da escola</p>	<p>Atingir 96% de sucesso escolar</p> <p>Promover a inclusão de forma eficaz</p>	Julho 2014

Descrição	População Alvo	Impactos desejáveis	Recursos	Indicadores	Metas	Timings
Prioritária intervenção dirigida à adolescência e primeira juventude Repensamento de intervenções existentes numa lógica de rede e numa perspectiva mais sistémica; simultaneamente formativa, de ressocialização, através de processos contínuos de reforço, aquisição de competências e qualificação / escolarização e de suportes institucionais de enquadramento e orientação	Crianças e Jovens em Risco	Competências para a inserção/reinserção na comunidade e na família	Recursos humanos	N.º de jovens com projetos de vida definida e orientada	Apoiar 50% jovens sinalizados	Contínua
Criação de uma equipa de trabalho multidisciplinar para trabalhar com famílias e crianças	Crianças e famílias	Capacitar as famílias de mecanismos necessários para resolver situações de conflito, desemprego, violência doméstica, etc.	Técnicos de diferentes áreas de intervenção; Espaço físico	N.º de jovens com projetos de vida definida e orientada	Apoiar as famílias com processo ativo na CPCJ	Contínua

Área Temática: ENVELHECIMENTO: Análise Qualitativa

PROBLEMAS EXISTENTES	NECESSIDADES	PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	CARACTERIZAÇÃO	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	FONTES/ANO
Degradação dos índices de saúde e mobilidade/autonomia e passividade dos utentes nas respostas sociais; Isolamento dos idosos em situação, de risco; Doença mental; // Envelhecimento passivo; // Isolamento Social; Insuficiência de vagas nas respostas sociais – Lar Idosos; Negligência voluntária e/ou involuntária das famílias; // Retaguarda familiar insuficiente no domicílio – falta de especialização //Inexistência / Insuficiência de apoio especializado no domicílio (fisioterapia, apoio a doentes com Alzheimer)	Promover a sustentabilidade das IPSS; Criação de Parque Geriátrico; Centralização das listas de espera e admissão; // Promover os contactos intergeracionais; Gestão e partilha de recursos entre IPSS; Criação de respostas em rede para a Emergência Social; Promover o envelhecimento saudável; // Alargamento do número de vagas de lar de Idosos; / Famílias sem possibilidades de manter idosos no domicílio;	Degradação dos índices de saúde e mobilidade /autonomia - passividade dos utentes nas respostas sociais; Isolamento dos idosos em situação de risco; Famílias sem possibilidades de manter os idosos no domicílio	Ocupação terapêutica dos idosos institucionalizados para redução da dependência e minimização das características de passividade e apatia na rotina dos idosos Dotar os idosos de equipamentos que ajudem a atenuar o isolamento Dotar o concelho de equipamentos de apoio	Intervenção nas respostas sociais que crie condições para atividade ocupacional e terapias reabilitativas Prestação de serviço de apoio ao domicílio que preserve as condições de manutenção no meio de vida dos idosos Cobertura insuficiente	Programa de Reabilitação Interinstitucional Criação de uma equipa de trabalho multidisciplinar Apoio aos doentes Fisioterapia Teleassistência – cobertura na totalidade Projectos específicos direcionados à população isolada	Valores da monitorização da escala de autonomia dos Idosos (Escala de Bartell) N.º de elementos da equipa N.º de idosos apoiados N.º de projectos no terreno

PROBLEMAS EXISTENTES	NECESSIDADES	PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	CARACTERIZAÇÃO	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	FONTES/ANO
Má condicões de habitabilidade e principalmente para as pessoas com má locomoção Sobrecarga dos cuidadores Idosos autónomos e saudáveis em situação de isolamento e passividade social e cívica Universidade Sénior – necessidade de instalações nova // Partilha de espaços com a Biblioteca Municipal condiciona o normal funcionamento / desenvolvimento da Universidade Sénior Falta de adesão da população; escassez de Voluntariado para determinadas disciplinas	Fisioterapia ao domicílio, apoio psicológico e outros Formação Execução de disciplinas sobre património local de forma à exploração do mesmo Empréstimo ou cedência de instalações próprias Divulgação / sensibilização seniores do concelho para a adesão	Isolamento Social Identificar as necessidades dos cuidadores informais Degradação e passividade dos utentes nas respostas sociais; Idosos autónomos e saudáveis em situação de isolamento e passividade social e cívica	Projectos de intervenção Capacitar os cuidadores principais de competências necessárias para intervir junto dos idosos Programa de autonomização e de terapia ocupacional reabilitativa nas respostas sociais para idosos Promover a sustentabilidade das IPSS Parque Geriátrico Promover o envelhecimento saudável	Necessidade de projectos de intervenção específicos Falta de informação Qualificação e especialização da gestão das respostas sociais do concelho Estruturar uma rede de equipamentos e iniciativas que criem oportunidades de vivência de um envelhecimento saudável para os idosos do concelho Formação para familiares/vizinho	Criação de um grupo de ajuda Reforço das competências de gestão das IPSS Promoção do Envelhecimento Saudável e ativo	N.º de elementos e formação do grupo % de idosos a participar em programas de terapia ocupacional reabilitativa nas respostas para idosos no concelho N.º e cobertura territorial de programas de envelhecimento saudável; N.º e % de idosos envolvidos em programas de envelhecimento saudável

Propostas de Intervenção Prioritária:

DESIGNAÇÃO	DESCRIPÇÃO	POPULAÇÃO ALVO	IMPACTOS DESEJÁVEIS	RECURSOS
1. Programa de Reabilitação Interinstitucional;	Serviços e programas internos e externos às respostas sociais que mobilizem e reabilitem os idosos, gerando ou mantendo a autonomia	Idosos institucionalizados nas respostas do concelho	Autonomia física dos idosos; manutenção do grau de capacidades existentes e reabilitação de outras (escala de Bartell)	Universidade Sénior Projeto MICAS Passeio Idosos Fisioterapia e Terapia Ocupacional
2. Sensibilização dos órgãos sociais das IPSS para as questões da qualificação dos serviços;	Qualificação e profissionalização da gestão das IPSS Programa para a criação da capacidade de planear a sustentabilidade financeira das IPSS	Alvos indirectos – IPSS do concelho	Qualificação técnica e institucional das respostas sociais Bem-estar social – respostas adequadas para as necessidades dos utentes	IPSS do Concelho
3. Promoção do Envelhecimento Ativo;	Reforço dos programas e iniciativas promotoras de estilos de vida ativos e saudáveis	Idosos autónomos e ativos do concelho	Inserção ativa na vida social e de cidadania dos idosos no concelho	

3. Área Temática: SAÚDE Análise Qualitativa

PROBLEMAS EXISTENTES	NECESSIDADES	PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	CARACTERIZAÇÃO	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	FONTES/ANO
Ausência de médicos	Captação de médicos	Falta de médicos	Captação e fixação de médicos de família no concelho	Serviço a disponibilizar à comunidade	Intervenção na estrutura e logística de funcionamento dos serviços de saúde do concelho	
Ausência de serviços de saúde				Promoção da cidadania e acesso à saúde enquanto direito consagrado na Constituição		
Falta de Urgências	Criação de apoio domiciliário na saúde mental					
Doença mental	Criação de respostas sociais na área da saúde mental					
Articulação insuficiente entre vários serviços		População com problemas de saúde mental sem resposta	Criação de resposta social e/ou ocupacional para a saúde mental	Serviço a disponibilizar à comunidade na área da saúde mental	Intervenção na Saúde Mental	N.º de casos de saúde mental com acompanhamento
Acessibilidade aos serviços de saúde // Desconhecimento dos recursos existentes	Promover a comparticipação da medicação para os doentes mentais e /ou carenciados;					
Dificuldades financeiras na aquisição de medicamentos	Captar consultas de especialidade públicas	Dificuldades financeiras na aquisição de medicação e no acesso à saúde	Promover a comparticipação da medicação para os doentes mentais e pessoas carenciadas	Serviço que garanta o acesso à medicação para toda a comunidade	Intervenções ao nível do acesso à especialidade	N.º de famílias carenciadas com acesso à medicação
Falta de consultas de especialidade			Promover o estabelecimento no concelho e/ou comparticipação no acesso a consultas de especialidade	Estratégia que permita o acesso às consultas de especialidade		N.º de famílias carenciadas com acesso a especialidades
Deficit em termos de equipamentos de resposta		Vias de acessibilidade aos grandes centros deficitárias				
Dificuldades financeiras no acesso à especialidade						

PROBLEMAS EXISTENTES	NECESSIDADES	PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	CARACTERIZAÇÃO	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	FONTES/ANO
Desconhecimento real da problemática Falta de consultas dependências	Criação estrutura local (consulta, gabinete de apoio) na área das dependências	Falta de programas concertados na área das dependências	Desenvolver projectos de prevenção e reabilitação na área das dependências	Identificação /Diagnóstico pormenorizado desta problemática no concelho	Criação de Gabinete de apoio e aconselhamento	Diagnóstico territorial N.º de situações de dependência sinalizadas, encaminhadas e devidamente acompanhadas
Promoção da prática desportiva em prol de melhoria de saúde	Criação de um circuito de manutenção no concelho e/ou parque geriátrico	Falta de espaços para o exercício físico ao ar livre	Intervenção com as famílias / escolas de forma a incutir a prática de desporto	Acção de sensibilização para a importância da prática desportiva		N.º de praticantes de desporto

Propostas de Intervenção Prioritária:

DESIGNAÇÃO	POPULAÇÃO ALVO	IMPACTOS DESEJÁVEIS	RECURSOS
1. Intervenção na Saúde no concelho;	Comunidade	Normalização do funcionamento da saúde no concelho garantindo o acesso aos serviços Existência de consultas de reforço em número suficiente para toda a população	Unidade de Saúde de Castelo de Paiva IPSS do concelho
2. Intervenção na Saúde Mental;	População sinalizada e referenciada com diagnóstico de potencial doença mental	Intervenção terapêutica adequada Inserção e funcionalidade social	Divisão de Administração Geral da CMCP – serviços de Ação social Farmácias do concelho
3. Promover a criação de MediSocial;	Municípios sem condições de acesso aos medicamentos, nomeadamente os idosos	Acesso terapêutico adequado para todos os municíipes	Associações desportivas e recreativas do concelho
4. Elaborar diagnóstico específico na área das dependências;	Comunidade	Conhecimento real da problemática no concelho	IDT – CRI Porto Oriental Empresas do concelho
5. Desenvolver a realização de atividades ocupacionais para a promoção da saúde;	População sinalizada com excesso de tempos mortos na rotina diária	Níveis de saúde e bem-estar adequados as diversas faixas etárias	

Área Temática: IDADE ADULTA

PROBLEMAS EXISTENTES	NECESSIDADES	PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	CARACTERIZAÇÃO	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	FONTES/ANO
Violência Doméstica	<p>Rede de Serviços de apoio inserção socioeconómica</p> <p>Habitação Social / arrendamento a baixo custo para indivíduos vítimas de violência doméstica que necessitem de abandonar o Lar por um período de tempo.</p> <p>Sensibilização da comunidade para a problemática</p>	<p>Inexistência de retaguarda parental</p> <p>Criação de rede de apoio concelhia</p> <p>Assunção da problemática como problema individual a cada cidadão</p>	<p>Criação de rede de apoio articulada</p> <p>Habitação</p> <p>Sensibilização para a problemática</p>	<p>Necessidade de congregação de respostas pontuais numa resposta estratégica</p> <p>Necessidade de respostas habitacionais pontuais</p>	<p>Aplicação do produto EQUAL – Por uma vida Nova ..,</p> <p>Criação de uma Bolsa de Arrendamento a Custos reduzidos</p> <p>Casa de Emergência Social</p> <p>Promoção de campanhas / ações de sensibilização / (in) formação</p>	<p>Relatório de acompanhamento</p> <p>N.º de casas que integram a bolsa</p> <p>N.º de vítimas de violência doméstica sinalizadas</p> <p>N.º de participantes nas ações / campanhas</p>
Igualdade de Oportunidades	Sensibilização da comunidade para a igualdade de género e oportunidades	Intervenção no domínio da percepção real da igualdade de oportunidades	Plano Municipal para a Igualdade	Desconhecimento da realidade concreta no âmbito da igualdade	Elaboração de Plano Municipal para a Igualdade	Plano Elaborado

Propostas de Intervenção Prioritária:

DESIGNAÇÃO	POPULAÇÃO ALVO	IMPACTOS DESEJÁVEIS	RECURSOS
1. Criação de um projecto integrado no âmbito da Violência Doméstica;	Cidadão Vítimas de Violência Doméstica	Autonomização da vítima Rede de apoio institucionalizada	Divisão de Administração Geral da CMCP – serviços de Ação social Unidade de Saúde de Castelo de Paiva
2. Promover ações de sensibilização / (in) formação;	Comunidade	Sensibilização para a problemática	IPSS do concelho Associações desportivas e recreativas do concelho
3. Elaboração Plano Municipal para a Igualdade de Oportunidades / Género;	Comunidade	Existência de um plano de intervenção estruturado no domínio em questão	Guarda Nacional Republicana Empresas do concelho

Área Temática: EMPREGO /DESEMPREGO

PROBLEMAS EXISTENTES	NECESSIDADES	PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	CARACTERIZAÇÃO	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	FONTES/ANO
Aumento da taxa de desemprego	Formação profissional					
Existência de desemprego desqualificado e qualificado	Ofertas de emprego					
Ausência de oportunidades de emprego	Empreendedorismo					
Economias paralelas	Inovação					
Ausência de investimentos empresariais no concelho e falta de estratégia de captação	Divulgação das medidas de apoio ao emprego existentes	Aumento da taxa de desemprego	Acesso à Informação por parte dos desempregados	Criação de uma metodologia de sinalização e mobilização dos potenciais beneficiários para o acesso à informação disponível	Divulgação das medidas às entidades empregadoras / formadoras / educativas / população	N.º de sessões de divulgação realizadas
Situações depressivas na sequência do desemprego	Congregação de recursos		Acesso à informação por parte dos técnicos da área social			
Situações de desestruturação familiar na sequência do desemprego	Articulação entre entidades formadoras e empregadoras					
Dependência de subsídios e prestações sociais//Baixas competências de empregabilidade/ Novo perfil de desempregado (especializado e com idade avançada para reingresso no mercado de trabalho)	Maior dinamismo da Associação Comercial e Industrial do concelho					
	Acesso à informação por parte dos desempregados					
	Acesso à informação por parte dos técnicos da área social					

PROBLEMAS EXISTENTES	NECESSIDADES	PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	CARACTERIZAÇÃO	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	FONTES/ANO
Falta de oportunidades de emprego	Rentabilização de recursos endógenos (turismo e agricultura)	Baixas competências de empregabilidade	Formação direcionada e adequada para beneficiários de baixas qualificações	Programas de formação em parceria na rede social definido de acordo com o diagnóstico social prévio	Implementação de um plano de formação em parceria e adequado às reais necessidades identificadas	N.º de formandos com formações concluídas
Fraco tecido empresarial	Promoção endógena de projectos de dinamização dos nossos recursos reconvertendo-os em potencialidades de emprego	Parca rentabilização dos recursos endógenos e dificuldade na captação/interesse e fixação de empresários	Formação articulada entre IEFP e as necessidades empresariais e/ou mercado de trabalho existente	Empreendedorismo	Apoio ao empreendedorismo social	N.º de sessões e ações de formação realizadas
Deficit infra-estrutural para captação e fixação empresarial			Inovação	Implementação de modalidade de empreendedorismo social adequada à realidade social do concelho		N.º de programas criados
Situações de privação / pobreza / exclusão social			Enfoque nas potencialidades do concelho (barco turístico, dinamização das zonas ribeirinhas e outras, elaboração de guia turístico do concelho e dinamização de certames de promoção do mesmo)			N.º de postos de trabalho criados
Multiproblemáticas familiares						N.º de iniciativas empreendedoras iniciadas
Redução n.º de nascimentos – redução n.º crianças ingressar escola – encerramento escolas						
Desertificação						
Aumento n.º população idosa						

Propostas de Intervenção Prioritária:

DESIGNAÇÃO	POPULAÇÃO ALVO	IMPACTOS DESEJÁVEIS	RECURSOS
1. Divulgação das medidas às entidades empregadoras / formadoras / educativas / população;	Desempregados do concelho de Castelo de Paiva	Acesso à informação adequada às necessidades dos desempregados	Instituto de Emprego e Formação Profissional Gabinetes de Inserção Profissional Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva Câmara Municipal de Castelo de Paiva
2. Implementação de estratégia em parceria de formação de reabilitação, reconversão e formação de adultos;	Desempregados de baixas qualificações e/ou desempregados com anos de experiência profissionalizante	Certificação em competências chave para os desempregados alvo do programa	IPSS Entidades formadoras Estágios Profissionais
3. Estratégia de rentabilização dos recursos endógenos aos concelhos – aposta no turismo e agricultura;	Desempregados com espírito inovador e empreendedor Autarquias Locais	Rentabilização dos recursos e promoção do desenvolvimento sustentável do território	Medida Passaporte Social Criação do Próprio Emprego Microcrédito Programas Ocupacionais
4. Apoio ao Empreendedorismo Social;	Desempregados de longa duração Jovens à procura do primeiro emprego de baixas qualificações	Oportunidades de negócio rentáveis e de dinamização dos recursos endógenos	Educação e Formão de Adultos / RVCC Centro Novas Oportunidades Contrato Emprego Inserção / Contrato Emprego Inserção +

Área Temática: DEFICIÊNCIA

PROBLEMAS EXISTENTES	NECESSIDADES	PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	CARACTERIZAÇÃO	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	FONTES/ANO
Insuficiência de respostas sociais para cidadãos portadores de deficiência Escassez de recursos financeiros e outros das entidades Listas de espera para a admissão às instituições Desadequação de apoios / respostas face aos diferentes tipos e graus de deficiência	Reforço de equipamentos Cooperação entre actores (pessoas, entidades, profissionais) Respostas sociais específicas Sensibilização junto das escolas e entidades empregadoras	Lar Residencial Centro de Atividades Ocupacionais Oficinas Ocupacionais	Lar Residencial Centro de atividades Ocupacionais Oficinas Ocupacionais	Instalações provisórias CAO Obras em fase de realização	Ajudas financeiras / subsídios Convenção de protocolos de cooperação entre as várias entidades com competências neste domínio	Obras realizadas N.º de utentes integrados por resposta social
Pais / familiares pouco informados - Informação / formação e aconselhamento para as famílias Apoio à Vida das Famílias Sistemas públicos de informação e sensibilização Acessibilidades Dificuldades de integração na vida activa (fim do percurso escolar)	Ações de Sensibilização e formação cívica dirigidas aos cidadãos em geral e aos serviços públicos Necessidade de apoio aos cuidadores e orientação de como lidar com as situações Reforço de medidas de apoio específico à qualificação e integração socioprofissional	Falta de (in) formação e de retaguarda Existência de barreiras arquitectónicas	Ações de sensibilização e (in)formação direcionadas a pais, entidades educativas e empregadoras Plano Integrado de redução das barreiras arquitectónicas	Promoção de um plano integrado de intervenção na deficiência	Realização de Ações de Sensibilização e formação cívica dirigidas aos cidadãos em geral, empresários e aos serviços públicos	N.º de entidades envolvidas N.º de participantes e tipologia dos participantes

PROBLEMAS EXISTENTES	NECESSIDADES	PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	CARACTERIZAÇÃO	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	FONTES/ANO
Escassez de iniciativas de autonomização assistida Problemas de inclusão na escola Inexistência de respostas de apoio em período de férias escolares	Falta de terapeutas ocupacionais e materiais para o desenvolvimento de atividades (alunos dentro da escolaridade obrigatória) Colónia de férias para cidadãos portadores de deficiência e cuidadores	Falta de recursos humanos e materiais Respostas de apoio em tempo de férias	Reforço dos recursos Promoção de programa de apoio em tempo de férias escolares	Recursos insuficientes para a integração efectiva dos cidadãos deficientes num percurso escolar de qualidade Estabelecimento de protocolos e/ou desenvolvimento de ações lúdico recreativas que integrem os cidadãos portadores de deficiência	Reforço financeiro das escolas Estabelecimento de protocolos de colaboração entre diversos actores criando uma rede de intervenção voluntária neste domínio Desenvolvimento de Campos de Férias e/ou encaminhamento dos cidadãos para colónias de férias	N.º de terapeutas voluntários Valor dos materiais N.º de campos de férias realizados N.º de cidadãos que frequentaram

Propostas de Intervenção Prioritárias:

DESIGNAÇÃO	POPULAÇÃO ALVO	IMPACTOS DESEJÁVEIS	RECURSOS
1. Divulgação das medidas às entidades empregadoras / formadoras / educativas / população;	Cidadãos portadores de deficiência e cuidadores	Acesso à informação adequada às necessidades dos cidadãos portadores de deficiência Sensibilização da comunidade para a problemática	Instituto de Emprego e Formação Profissional Gabinetes de Inserção Profissional Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva
2. Implementação de estratégia em parceria de formação de reabilitação, reconversão e formação de cidadãos portadores de deficiência;	Cidadãos portadores de deficiência	Certificação em competências chave Integração de cidadãos portadores de deficiência no mercado de trabalho	Câmara Municipal de Castelo de Paiva IPSS Entidades formadoras Estágios Profissionais Programas Ocupacionais
3. Reforço das respostas sociais;	Cidadãos portadores de deficiência e cuidadores	Resposta adequada às necessidades de integração dos cidadãos portadores de deficiência	
4. Promoção de estratégias de apoio em período de férias;	Cidadãos portadores de deficiência e cuidadores	Igualdade de oportunidades no acesso a atividades lúdico – recreativas Apoio aos cuidadores	